

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 67ª
(SEXAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO QUE
DISPÕE SOBRE AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DO
DISTRITO FEDERAL.
DE 18 DE AGOSTO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.928, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 18 de agosto de 2016, fica transformada em comissão geral para debater o projeto de lei do Poder Executivo que dispõe sobre as Organizações Sociais no âmbito do Distrito Federal.

Vou suspender a sessão por 5 minutos para que os convidados possam adentrar no plenário. Peço aos servidores da Segurança que façam entrar no plenário os convidados e assistentes da nossa comissão geral.

(Suspensa às 16h08min, a sessão é reaberta às 16h14min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a comissão geral.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral, destinada a debater o projeto de lei do Poder Executivo que dispõe sobre as organizações sociais no âmbito do Distrito Federal.

Convido a tomar assento à Mesa o Sr. Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, Gutemberg Fialho; a Sra. Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília, Marli Rodrigues; o Sr. Diretor de Organizações do Sindicato dos Professores e representante do Fórum Distrital de Educação, Júlio Barros; a Sra. Conselheira do Conselho Nacional da Saúde, Zaira Maria Tronco Salerno.

Pessoal, nós convidamos para esta comissão geral o atual Secretário de Saúde do Distrito Federal, o Dr. Humberto Fonseca, e convidamos também o Chefe da Casa Civil do Distrito Federal. O projeto que está tramitando nesta Casa foi encaminhado pela Casa Civil. Ele me ligou ontem à noite, justificando-se. Disse que tendo em vista este momento conturbado que o Distrito Federal vive, ele iria pedir a nossa compreensão, pois talvez não desse para comparecer. Eu falei para ele que era de fundamental importância que a Casa Civil comparecesse, e assegurei que todas as pessoas, os convidados que estavam sendo chamados para esta comissão geral, Deputado Prof. Reginaldo Veras, são pessoas educadas, são professores e trabalhadores da saúde. Eu garantia – e garanto – que é um debate de ideias: o GDF terá o direito de expressar o pensamento dele com relação às organizações sociais, e nós, o direito democrático e o dever de colocar por que discordamos das organizações sociais. Ele disse que ia pensar e ver se dava para mandar o Secretário Adjunto. Eu pergunto: tem alguém representando a Casa Civil aqui? O Secretário de Saúde, eu tive oportunidade de convidar pessoalmente.

Eu convidei também o ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal, que até onde eu sei, pelo que conversei com ele, é contrário às organizações sociais na saúde. Ele é um homem de pensamento conservador, é defensor do SUS e também está engajado na luta contra as organizações sociais. O Dr. Frejat não chegou ainda, mas espero que compareça. Ele me disse que viria.

Eu quero convidar para integrar a nossa Mesa a Sra. Maria Isabel Caetano dos Reis, Presidente do sindicato dos trabalhadores terceirizados do Distrito Federal. Convido também a Sra. Dayse Amarilio, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal.

Nós fizemos um estudo, que vamos distribuir para vocês daqui a pouco e a minha ideia era ler aqui, na abertura, esse estudo. Eu creio que é desnecessário, porque nós vamos distribuí-lo e aí, cada um vai ter um em mãos, explicando porque nós somos contra as organizações sociais. Primeiro, sou contrário por convicção. Eu sou contrário porque por onde as organizações sociais passaram deixaram um rastro de corrupção e de destruição.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página	
18 08 2016		16h07min		67ª SESSÃO ORDINÁRIA		3	

Eu tenho dito que o que está faltando na saúde pública do Distrito Federal é exatamente gestão. O problema é de gestão, só que ele amplia o projeto querendo colocar as organizações sociais também nas escolas. Eu digo, Deputado Prof. Reginaldo Veras, V.Exa. que é um professor, a gestão democrática das escolas nos faz ver que elas são muito bem administradas. Portanto, elas não precisam de organização social.

Nos hospitais, a culpa não é dos médicos – eu já disse isso –, não é dos enfermeiros, não é dos atendentes, não é dos técnicos. Eu já disse isso pessoalmente ao Governador Rodrigo Rollemberg porque ele precisa acabar com essa teimosia, que lá no Maranhão a gente chama de cabeça de prego, da história das organizações sociais. Primeiro, porque não vai ter tempo de implementar e porque não tem sustentação técnica para implementar.

Agora há pouco nós ouvimos aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, ouvimos aqui do ex-Secretário de Saúde Fábio Gondim que não há um largo estudo para a implantação disso. Como é que você vai mergulhar numa aventura? E aí quer implantar organizações sociais para quê? Eu recebi há pouco uma mensagem da minha filha, a Leilinha. Ela me mandou aqui por *whatsapp*. Ela teve notícias de que os médicos que atendem a UTI do Hospital de Santa Maria estão há três meses sem salário! Três meses sem salário. Dez leitos fechados – confirma aqui o Dr. Guttemberg –, fechados por falta de pagamento. Dez leitos de UTI, e os médicos estão dizendo que vão parar porque tudo no mundo tem limite, não é? Quer dizer, a vida é fundamental, é importante e tudo, mas se você trabalha e não recebe, como é que você vai viver? Não tem como sobreviver! Três meses sem salário!

Eu tenho dito, Dr. Guttemberg, tenho dito, Dayse, que o que falta no caso da saúde são médicos. Ele vai contratar de onde? Não é? Vai tirar de onde? Aí pega como modelo aparentemente, dizem que é o modelo atual, uma coisa extraordinária, que é Goiás. Se Goiás é tão bom, por que a maioria dos pacientes ali de Santo Antônio do Descoberto, daqui mais de perto, daqui de Águas Lindas, de Luziânia, vêm aqui para Brasília? Vêm porque o Distrito Federal sempre foi referência, mas agora, infelizmente, com a falência da gestão da saúde pública do Distrito Federal, está acontecendo um fenômeno. As pessoas estão correndo de Brasília para serem atendidas em Goiás, mas não são as entidades de organização social que estão no Entorno, porque elas só estão em Goiânia, capital do Estado de Goiás.

Portanto – quero afirmar aqui –, isso é uma aventura. Esse projeto não pode passar. O rastro de destruição que ele vai deixar é algo que depois é difícil de reconstruir, por isso nós chamamos essa comissão geral, que não é uma simples audiência, é uma comissão geral, que ocorre no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal para discutir um assunto relevante. Nós tivemos toda a paciência de esperar hoje o encerramento da CPI. Tivemos mais de uma hora de tolerância, porque nós queremos exatamente isso.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

O plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal se transforma em comissão geral para debater um assunto tão importante e tão fundamental.

Aqui, dentro da Câmara, tem gente que defende e gente que é contra. Tem gente que defende e fica escondido, não diz que defende; e tem gente que é contra, mostra a cara e diz por que é contra – eu e o Deputado Prof. Reginaldo Veras estamos entre esses. É incrível, porque eu sou de Oposição, o Deputado Prof. Reginaldo Veras é de um partido que faz parte da Base do Governo, mas nós dois estamos contra! Por quê? Porque nós temos juízo! E aí não é questão de ser Oposição ou de governo, nós temos juízo! Queremos o melhor para a saúde pública do Distrito Federal.

Portanto, o sentido desta comissão geral é colocarmos as nossas preocupações. Nós vamos ouvir os integrantes da Mesa, depois vamos ouvir as pessoas que se inscreverem previamente aqui do plenário, e vamos tocar o debate até onde vocês acharem que devamos ir. Só queria um compromisso: que reservássemos esta tarde e esta noite de hoje para fazermos esse debate. Que ninguém saísse antes do encerramento, porque demonstra exatamente o interesse que temos com relação a essa situação.

Eu quero, inicialmente, passar a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, em seguida, vamos passar para a conselheira do Conselho Nacional de Saúde e depois para os demais.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Boa tarde a todos. Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Já corrigindo aqui o Deputado Chico Vigilante, “ninguém sair”, exceto eu. Eu já havia comunicado a ele que terei que sair. Só em respeito ao Deputado Chico Vigilante e a todos vocês que vieram aqui é que me segurei para estar aqui. Estou acabado mesmo. A gente está muito cansado. Eu estava quase dormindo aqui durante a reunião da CPI. Esta noite foi uma noite bem mal dormida, e tudo o mais, mas resolvi ficar.

Eu vim aqui trazer dois recados efetivamente na minha curta fala. Primeiro, o Bloco Sustentabilidade e Trabalho, formado pelos Deputados Chico Leite, da Rede; Cláudio Abrantes, da Rede; Prof. Israel, do Partido Verde; Joe Valle, do PDT; e Prof. Reginaldo Veras, do PDT, o bloco todo é completamente contrário ao projeto de implantação de OS, encaminhado pelo Poder Executivo a esta Casa. Então, já temos cinco votos contrários.

Essa não é uma posição tomada ao vento. Em outras ocasiões, já abordei aqui que, desde que este assunto foi suscitado pelo Governador do Distrito Federal, ainda que tenha grande estima por ele, disse que não tinha o meu apoio naquele momento. Eu não era um conhecedor de OS. Poucos de nós no Distrito Federal sabíamos efetivamente o que era uma OS. Professor que sou, fui estudar. Fui a Goiânia visitar, fui a outros estados visitar. Lemos artigos, lemos livros e criamos todo o embasamento para nos posicionarmos contrariamente, com argumentos,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

argumentos que já levantei aqui em outras ocasiões, desde a vulnerabilidade para a prestação de contas, até a precarização do trabalho. Há pelo menos oito pontos que nos levam a ser contrários à implantação de Organizações Sociais aqui no Distrito Federal.

Então, está formada uma decisão de bloco. A partir de um estudo, esses cinco Deputados que acabei de citar são contrários à implementação de OS aqui no Distrito Federal, e não haverá espaço para o debate contrário e não haverá espaço para a mudança de postura.

Falo aqui, hoje, como Líder do bloco que assumirei na próxima semana. Já estou me antecipando aqui na minha função de Líder deste bloco.

O outro comunicado para vocês é que não basta ser contrário. Tenho enfatizado isso junto aos sindicatos, nas várias ocasiões em que nos encontramos. Não basta ser contrário, tem que apresentar propostas também! A gente tem que buscar novas alternativas. Todo mundo vai falar: "Do jeito que está, não dá para ficar". A gente passa por um problema sério e do jeito que está não dá para ficar! Como amenizar, como minimizar? Não adianta dizer que é investimento. A gente está vendo aí que, se injetarmos 20 bi, os 20 bi vão para o ralo e a situação não vai melhorar. Então, a gente tem que apresentar alternativas. Não sou especialista do setor de saúde e até estou batendo mais na tecla da questão da saúde. Procurei o Conselho de Saúde do Distrito Federal – nós estamos aqui com alguns representantes – na pessoa do Presidente Helvécio. Estive há duas semanas lá, uma manhã inteira, debatendo com os membros do Conselho de Saúde, numa reunião bastante produtiva. Aprendi bastante lá, diga-se de passagem, e pedi ao Conselho de Saúde que nos trouxesse alternativas. Como melhorar a saúde do Distrito Federal sem a necessidade de implementar as tais OS? Não estou dizendo aqui que a implementação delas traria melhoras para a saúde do Distrito Federal. Traga alternativas ao modelo atual, à situação atual.

Convido todos – Deputado Chico Vigilante, vim aqui muito para isso também – para, na quarta-feira da semana que vem, estarem na sessão ordinária da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Os membros do conselho de saúde do Distrito Federal terão a palavra para apresentarem essas propostas. Foi um estudo feito pelo Conselho de Saúde. Eu falei: tragam à Câmara, tragam à comissão. Da comissão, vamos levar essas propostas, junto com o conselho de saúde e com os demais interessados, ao Governo do Distrito Federal: "Está aqui, Governador. São propostas de reordenação, de rearranjo de servidores, de rearranjo de estruturas que podem melhorar a saúde do Distrito Federal sem aumento de custos e sem a necessidade de implantação de organizações sociais". Acho que o caminho é esse. Eu sempre disse que um dos fatores para nos posicionarmos contrários à implementação de OS é que não se pode implementar um modelo novo sem tentar melhorar o modelo anterior. E não houve nesse governo ainda nenhuma tentativa de implementação de novas estratégias que possam vir a dar um melhor atendimento na base à população. Então, é isto: quarta-feira, espero a presença de vocês a partir

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	6	

das 9h30 na Comissão de Educação, Saúde e Cultura para verem a apresentação dessas propostas que foram lá implementadas pelo Conselho de Saúde. Eu acho que não tem instituição melhor para apresentar propostas, uma vez que o Conselho de Saúde tem representantes de todos os setores ligados à saúde do Distrito Federal.

É isso, Deputado Chico Vigilante. Muito obrigado. Muito obrigado pelas presenças de todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Eu passo a palavra à Sra. Zaira Maria Tronco Salerno, Conselheira Nacional da Saúde.

SRA. ZAÍRA MARIA TRONCO SALERNO – Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa, ao Deputado Chico Vigilante, que está à frente desse movimento que dá uma característica diferente à saúde e à educação de Brasília. Parabéns pelo seu engajamento.

Meu nome é Zaira. Sou conselheira nacional de saúde e hoje eu estou aqui representando o Presidente do Conselho, Ronald. Ele, infelizmente, não pôde estar presente, porque nós estamos em plenária. A nossa pauta coincidiu ser a 241 e está acontecendo neste momento. Infelizmente, não conseguirei ficar todo o tempo, porque nós demandamos votação. Então, se um integrante falta, não fica completa a votação.

O conselho é contrário à implantação das OS e Oscips. Isso é bem definido e é uma história antiga, não começou agora. Quando foi implantada, quando houve a lei em 1997, o conselho já vinha com essa deliberação. No ano de 2004, montou-se um GT – Grupo de Trabalho para estudar OS e Oscip. Esse GT realmente comprovou que não é a melhor forma de fazer a gestão pública de saúde. Então, nós temos todo o documento comprovando esse estudo dos conselheiros na época. Em 10 de março de 2005, foi deliberado uma resolução reafirmando o posicionamento do conselho contrário às OS e às Oscips, e isso até hoje se mantém. Em 2007, depois desse estudo, aconteceu um Seminário Nacional de Modalidades de Gestão no SUS, reafirmando essa não aprovação das OS.

O conselho não vê nada de vantagens para a população implantando-se esse sistema de gestão. Então, ele vai manter essa fala contrária.

Em 2012, o conselho também aderiu à Frente Nacional contra a Privatização da Saúde em favor da Adin nº 1.923/98, contra as OS e assinou, em conjunto com as entidades de desenvolvimento sociais de todo Brasil, a carta aos Ministros do Supremo Tribunal Federal apontando as inconformidades e a insatisfação com a lei, por entender que essa lei promove a terceirização das atividades-fim do Estado, tirando a responsabilidade do Estado em relação a essa questão, como saúde, educação e assistência social; a desresponsabilização do Estado na efetivação dos direitos sociais; a eliminação de concurso público para contratação de pessoal; e a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

dispensa de licitação para compra de materiais e cessão de prédios que poderiam ser feitas pelas OS.

Então, diante desse argumento, o conselho mantém a sua posição contrária desde o início do processo. O conselho pede também que os conselhos estaduais e municipais se unam e trabalhem com a população para ela entender as perdas e a falta de responsabilidade do Estado ao implantar as OS. Então, essa é a fala do conselho, é pelo que o conselho vai continuar trabalhando. Ele vai continuar lutando contra a implantação das OS e Oscips – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público no Brasil inteiro, mas, no momento, no Distrito Federal.

Na próxima semana, o conselho estará promovendo um encontro nacional de conselheiros nos dias 24 e 25. Haverá vários conselheiros. Inclusive, os conselheiros de Brasília receberam vagas a mais para que pudessem compor um número maior de conselheiros. Esse tema vai estar na pauta. Nós convidamos os conselheiros e quem puder participar para acompanharem esse evento que teremos a semana que vem.

Então, é esse o recado do conselho. O conselho não vai aceitar essa posição de implantação de OS aqui no Distrito Federal ou em qualquer lugar do Brasil, porque nós não temos um conteúdo de melhoras na saúde com a implantação delas. Não é um processo novo, não começou agora. As OS vêm sendo implantadas há vários anos e não mostraram melhora nenhuma. Então, por que insistir num processo que não está dando certo? Se querem trocar, tem que ser por um processo que seja positivo, com que a população venha a ter ganhos. Então, essa é a fala do conselho. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dra. Zaíra. Eu fico muito feliz com as colocações da senhora, até porque tem um peso fundamental e importante a posição do Conselho Nacional de Saúde.

Nós vamos liberar a senhora para comparecer lá, porque eu sei do enfrentamento que vocês estão fazendo lá. O próprio Presidente do conselho me ligou ontem justificando que a senhora viria e ele não, porque me parece que o Ministro da Saúde estava ameaçando ir lá na reunião do conselho. Ele falou: “Vamos esperá-lo aqui.”

Acho importante esse posicionamento. Diga ao Presidente que isso reforça muito a nossa luta e que nós estamos extremamente felizes pelo posicionamento tomado pelo Conselho Nacional de Saúde. É muito importante, é fundamental nessa batalha nossa contra a enganação que são essas chamadas organizações sociais.

Concedo a palavra ao Diretor de Organizações do Sindicato dos Professores e representante do Fórum de Educação, Júlio Barros, que fala pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal.

O meu amigo Deputado Prof. Reginaldo Veras vai ter que sair agora e já deixou a sua posição. Convido para compor a nossa Mesa o Denivaldo, que é do Sindicato dos Trabalhadores Auxiliares de Educação.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

SR. JÚLIO BARROS – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Prof. Reginaldo Veras; Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa de Leis, companheiro Deputado Chico Vigilante; Sr. Presidente do Sindicato dos Médicos do DF, Gutemberg Fialho; Sra. Conselheira Nacional da Saúde, Zaira Maria Tronco Salerno; Sra. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Terceirizados do DF, Maria Isabel Caetano dos Reis; Sra. Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal, Dayse Amarílio – uma saudação muito especial aos trabalhadores e trabalhadoras da educação e da saúde –, o Sindicato dos Professores fez questão de participar desta comissão geral porque já no art. 1º do Projeto de Lei nº 1.186, de 2016, fica muito claro que a questão das OS não é exclusivismo da área de saúde. Ela abrange a área da educação, cultura e ciência e tecnologia. Por isso, é de muito interesse nosso participarmos deste debate.

A direção do Sindicato dos Professores não vacila em momento nenhum em publicitar sua posição fortemente contrária à implantação das organizações sociais no Distrito Federal. O GDF teve a audácia, posso até dizer cara de pau, nos itens propostos para finalização do acordo final da nossa última greve, em um dos pontos, de pedir que nós, profissionais do magistério, abrissemos uma exceção para a implantação das OS na educação infantil. Isso significa que, das 671 escolas públicas do Distrito Federal, 20% da rede estariam nas mãos das OS.

Acho importantíssimo fazermos um recorte histórico. O Deputado Prof. Reginaldo Veras já se deslocou, mas eu me lembro da fala dele aqui, dizendo sobre proposta nova. Não é proposta nova. A questão das OS não é proposta nova. Por isso é importante a gente dar uma situada histórica.

As organizações sociais foram implantadas na década de 70, na América Latina, no Chile, em plena ditadura militar, pelo sanguinário Augusto Pinochet. Então, não é proposta nova. Estou falando aqui dos anos 70.

Também no auge do neoliberalismo, nos anos 80, pela primeira-ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher; e pelo sanguinário Ronald Reagan, nos Estados Unidos, nos anos 80 também. Então, não é proposta nova.

Aqui no Brasil, essas políticas neoliberais, caracterizadas fundamentalmente pelo estado mínimo, têm a sua implantação a partir dos anos 90. E aí existe a Lei Federal nº 9637/98, da época de Fernando Henrique Cardoso, que trata das OS. Então, não é proposta nova. E, mais especificamente em meados dos anos 90, em 1995, houve a famosa reforma administrativa tocada pelo Ministro da Administração e Reforma do Estado, o Sr. Bresser Pereira. Ou seja, qual era a síntese dessa reforma? Tenta-se fazer uma confusão conceitual do que é público, do que é estatal, do que é publicização de serviços do Estado, mas o que caracteriza as Organizações Sociais é, fundamentalmente, a desresponsabilização do Estado, de suas funções básicas, como a questão da saúde e da educação.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 08 2016		16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

Nós temos exemplos no mundo de que essas políticas neoliberais foram fracassadas. Posso citar, por exemplo, nos próprios Estados Unidos, a *Charters Schools*, que era a gestão compartilhada das escolas, entre a educação pública e a privada, o modelo fracassado de educação.

De novo, no Chile, há as famosas *vouchers*. O que seria as *vouchers*? A compra, simplesmente, de vagas nas escolas particulares. Esse modelo educacional fracassado no Chile hoje faz com que a população vá às ruas, faça greve geral combatendo-o, na tentativa de recuperar o tempo perdido.

E, para nosso espanto – estou falando aqui da década de 70 do Chile, da política educacional dos *vouchers*, das compras de vagas em escolas particulares –, a Secretaria de Educação apresenta – lastimavelmente aprovada nesta Casa – a Lei nº 5.672, de 15 de julho de 2016. Do que trata essa lei? Essa lei trata do Programa Bolsa Educação Infantil Pré-Escola, destinado ao atendimento de crianças na faixa de quatro a cinco anos. De acordo com a meta nº 1 do Plano Distrital de Educação, o PDE, o Governo do Distrito Federal tem que universalizar as matrículas da pré-escola – as crianças de 4 a 5 anos – até 2016. Aí, qual é o caminho mais fácil que o Governo do Distrito Federal procura? A privatização. A compra de quase três mil vagas nas escolas públicas.

Já não basta a realidade dos Cepis? Há uma previsão de construção de mais de uma centena de Centros de Educação para a Primeira Infância e todos estão entregues às OS. Entregues prédios belos, bonitos, entregues a gestão, recursos públicos. Mas não existe nenhum controle nessas unidades educacionais, até porque a Constituição Federal passou tanto a questão das creches, como a questão da pré-escola, tirando da área de assistência social, para o campo da educação, e nós não temos conhecimento do debate sobre currículo, formação de professores e o tipo de ingresso de professores.

A gente ouve denúncias, por exemplo – sem nenhum preconceito religioso – de que determinados Cepis estão entregues a uma OS ligada ao Pastor a, ao Pastor b, ao Padre a, ao Padre b. Muitos desses gestores, quando uma família vai se matricular e não é da mesma confissão religiosa do gestor, barram a matrícula da criança.

Então, esse é o tipo das OS que já existem no Distrito Federal. E não é uma realidade somente na saúde, é uma realidade lastimável na educação. E a gente vê os maus exemplos em que o Governo do Distrito Federal vai se espelhar, aqui em Goiás, onde começaram primeiro com a Saúde e agora há a gestão da Polícia Militar nas escolas.

Sou morador de Ceilândia, e a gente tem essa realidade aqui, em Águas Lindas. Então, estão a um metro, dez metros as OS aqui, colocando militares na gestão das escolas. Como bem colocou o Deputado Chico Vigilante, onde fica a questão da gestão democrática?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

No entendimento do Sindicato dos Professores, as OS são um câncer, e entendemos mais: é a segunda maior fonte de corrupção, de financiamento de campanhas eleitorais. É a maior fonte de corrupção (Palmas.). É uma forma de burlar a Constituição pública, o concurso público, as licitações, o regime jurídico e até mesmo burlar a famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agora, assim como a gente fez um recorte internacional, colocando os anos 70, 80, 90, é importante também saber que o Governo do Distrito Federal está dialogando com o governo golpista do Temer. Essas medidas das OS aqui não estão descasadas dos projetos antipovo, antitrabalhadores que estão em curso no Congresso Nacional. Inclusive a saúde e a educação têm muito em comum. Há proposta tramitando lá de desvinculação dos impostos na área de saúde e na área da educação. Nós temos interesses comuns, os trabalhadores da educação e os trabalhadores da saúde, apesar de não ser objeto do debate central hoje, como a questão do Fundo Constitucional. Para o ano que vem, quase 70% das verbas do Fundo Constitucional estão destinadas à segurança, e a gente sabe que a lei que criou o Fundo Constitucional fala que é para atender a segurança, bem como assistência na área de saúde e na educação. E a gente vê Parlamentares defendendo 100% das verbas do Fundo Constitucional somente para a área de segurança.

Então, companheiros e companheiras, são essas as impressões iniciais do sindicato. Nós lutaremos com todas as nossas energias, com todas as nossas forças para barrar a questão das OS. E até mesmo faremos, além da luta na praça e nas escolas, questionamentos jurídicos. Há de se questionar a constitucionalidade das leis das OS. Por quê? "Você está desinformado? O Supremo já determinou que as OS são constitucionais." O Supremo tem o entendimento de que as OS são constitucionais para duas questões: para o Estado fomentar – olhe o verbo "fomentar" – a sociedade civil organizada, e para as OS complementarem. Então, fomentar e complementar são extremamente diferentes de ser os atores principais na execução das áreas essenciais estabelecidas pela Constituição Federal, como as áreas da saúde e da educação.

Vou encerrando, sem vacilo. A Direção do Sindicato dos Professores, a Direção da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, com o companheiro Lamparina aqui, a Direção da nossa Central Única dos Trabalhadores, a gente empregará todos os esforços possíveis no combate a esse câncer, fonte de corrupção para os dirigentes dessas instituições se locupletarem.

Só para encerrar mesmo, sobre a provocação, no bom sentido, do Deputado Prof. Reginaldo Veras: e as saídas? E a saída? Então, vamos só colocar uns dois tópicos aqui: promoção das condições necessárias para o bom funcionamento dos serviços públicos, valorização e qualificação dos servidores, conservação e ampliação das instalações e equipamentos da rede pública, humanização do atendimento, democratização e transparência na gestão, isso é a solução para o enfrentamento dos problemas relacionados à qualidade desse serviço na área de saúde e educação. Ampliação da rede pública de serviço com qualidade para atender às necessidades e

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

demandas da população, o controle social contínuo dos movimentos sociais para garantia da qualidade dos serviços prestados pelo Estado deliberando sobre a locação de recursos públicos e fiscalizando o repasse e a aplicação destes. Implementação de políticas públicas articuladas na perspectiva da intersetorialidade das ações sociais sem sobreposições de atividades. Fundamentalmente, valorização do quadro de servidores públicos por meio da despreciação do trabalho, admissão de trabalhadores somente por concurso público, isonomia salarial, estabilidade do trabalho, plano de cargos, carreiras e salários decentes e qualificação profissional.

Muitíssimo obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Júlio Barros.

Pessoal, para quem gostar de café, nós temos um cafezinho ali no canto que está quentinho. Só levantar, ir lá, e está lá só esperando vocês.

Eu quero registrar a presença do Sr. Adriano Limírio da Silva, Diretor do Sindicato dos Enfermeiros (palmas); do Sr. Luiz Saraiva, Diretor do Sindicato dos Comerciantes do Distrito Federal (palmas); do Sr. Washington Domingues, Presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio do Distrito Federal (palmas); da Sra. Shirley Couto, presidente do Conselho de Saúde do Cruzeiro (palmas); do Sr. Marcos Júnior, Diretor do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal (palmas.); da Sra. Vilmara, Diretora do Sindicato dos Professores (palmas); do Sr. Jason Pascoal, que é representante do Sintramacon/DF – Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Atacadista e Varejista de Materiais de Construção do Distrito Federal (palmas); do Sr. Felipe Souza, do Sindicato dos Bombeiros Cíveis do Distrito Federal (palmas.); da Sra. Isa Araújo, Diretora de Comunicação do Sindate/DF – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal; do Sr. Carlos Alberto de Oliveira, Diretor do SAE/DF – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas do Distrito Federal (palmas). Eu vou pedir para a assessoria continuar pegando o nome dos representantes das entidades para irmos anunciando. Agora, eu gostaria de anunciar, com prazer, a presença da Deputada Federal Erika Kokay.

Passo a palavra à Sra. Maria Isabel Caetano dos Reis, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Terceirizados do Distrito Federal. Afinal de contas, é muito importante, Gutemberg, Júlio, é muito importante os trabalhadores do Sindicato dos Serviços, porque eu já avisei a eles: se implantarem OS, vai ter cortes, também vão ser demitidos, bem como os vigilantes. A redução de custo significa emprego, porque eles não veem gente, veem números.

SRA. MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS – Deputado Chico Vigilante, primeiro quero agradecer o convite, por você se lembrar desses trabalhadores. Eu costumo dizer que o terceirizado é a escravidão branca, que só falta o tronco e a chibata para nós. Você vê que até hoje os trabalhadores que prestam serviço ao GDF estão todos sem receber os seus salários. E são trabalhadores que ganham mil reais, são descontados 6% de vale transporte e o INSS, e recebem novecentos e poucos reais.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 08 2016		16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isabel, só um minuto. Eu queria convidar para fazer parte da nossa Mesa a Deputada Federal Erica Kokay. Venha para cá, Erika. (Palmas.)

Prossiga, Sra. Isabel.

SRA. MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS – São os trabalhadores que mais sofrem, como o Deputado Chico Vigilante disse. E, com certeza, se passar essa canalhice, porque isso é canalhice, isso aí é achar que é dono do mundo, isso aí é achar que ele está administrando a casa dele. Se passar, os trabalhadores que vão pagar são os trabalhadores terceirizados, como sempre, porque nós somos usados como bucha de canhão.

Então, temos que nos unir, como estamos fazendo aqui, com todos os sindicatos que aqui estão, e vamos para a guerra, gente. Vamos para a guerra, porque, do jeito que querem fazer, a gente não pode ficar de braços cruzados. E, como ninguém consegue resolver nada e construir nada sozinho, nós vamos ter que unir professores, vigilantes, asseio e conservação, todos os sindicatos aqui presentes, porque nós, unidos, jamais seremos vencidos. Esse ditado é antigo. Infelizmente, a gente sabe que só assim a gente vai ser ouvida.

Falo pouco porque, para quem fala bonito, tudo bem falar muito, mas de quem não sabe falar, como eu, é muito ruim ficar ouvindo a voz. Então, é muito melhor a gente agir. Podem contar com os diretores do Sindiserviços. E vamos unir.

Vamos cruzar os braços, como a gente está com os braços cruzados, porque até hoje não recebemos o salário e somos ameaçados, dizem que vão cortar os dias. Hoje eu já andei em piquete de greve, dizendo: "Se for cortar os dias, nós não voltamos a trabalhar. Lascado, lascado e meio!" E pronto.

Só isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dona Isabel. Olha que não faz nem quinze dias que ela saiu da UTI, não é? E graças a Deus está aqui firme.

Pessoal, nós estamos gravando esta audiência pública na sua totalidade. Depois nós vamos disponibilizar para as entidades o vídeo bruto, inclusive a gravação é de boa qualidade. Aí vocês podem editar. Vai ficar disponível para vocês. Ao final, aqui nós vamos ouvir o pessoal da Mesa também num vídeo à parte, que a gente pretende que saia logo amanhã, dizendo por que nós realizamos esta audiência. Vocês vão colocar a visão de vocês em relação às OS, por que nós encampamos essa luta para não deixar essa praga vicejar no Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Sr. Diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Escolas Públicas do Distrito Federal, Carlos Alberto de Oliveira.

SR. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Por todos os relatos do professor aqui sobre OS – nesse relato histórico que ele fez –, entre as OS

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA		13

que assumiram qualquer gestão dentro do Brasil, em qualquer estado brasileiro, nós não tivemos ainda nenhuma estatística de que realmente isso funcionou.

A forma de gestão que o governo tenta pregar para a sociedade e para nós também, como representantes, como sindicalistas, e esse título que ele coloca – de OS – Organização Social... Se a gente não tiver cuidado com a forma como esse nome vem até nós, ele também pregará para nós que é muito bom esse modelo de gestão, mas, por trás disso, há algo muito complicado e devastador, conforme alguns já destacaram aqui.

Um ponto muito interessante sobre isso é que, na verdade, o governo é quem determina, sob uma forma quase que autoritária, a OS que vai fazer o serviço, que vai fazer aquela gestão. Então olha o que está por trás disso!

Algo muito preocupante também é que dentro do Congresso Nacional nós temos determinados projetos que, infelizmente, neste ano de 2016 e para o ano de 2017, vêm trazendo várias situações e temas que incluem também este que nós estamos destacando aqui. Eles vêm trazendo isso para a sociedade como uma forma de gestão para resolver as questões do Estado. Isso é muito preocupante.

Vamos pegar o Distrito Federal – aqui nós vamos destacar só dois pontos comuns: saúde e educação –, um estado pequeno ainda, com quase 3 milhões de pessoas, com um Orçamento extraordinário, proporcionalmente quase o do Estado de São Paulo. Se nós pegarmos o sistema educacional e o sistema de saúde do Estado, o governo que aí está – e os que passaram – faz gestão de saúde para poucas pessoas. Assim é também na questão educacional.

Quantos alunos, professores e outros trabalhadores trabalham no sistema particular, no sistema educacional privado? O governo não faz gestão para esse pessoal. Quantos hospitais particulares nós temos em Brasília? Para essa população que é atendida neles e para a que tem plano de saúde, o governo também não faz gestão. Se nós pegarmos esses dois temas – saúde e educação –, o governo faz gestão, no âmbito do Distrito Federal, para uma pequena parcela da população. E o governo não admite que não consegue fazer essa gestão. Ele não trabalha para certa parte da população.

O que mais preocupa é que essas organizações não trabalharão de graça. Ninguém vem fazer serviço beneficente aqui no Estado, porque não existe isso. Pelo contrário, se isso chegar a ser implantado em Brasília, o caos continuará da mesma forma, e o governo perderá a oportunidade de pegar o dinheiro público e investir exatamente no sistema que ele tem hoje – tanto no educacional, como no sistema de saúde.

A gente não consegue entender por que o governo não consegue visualizar isso, por que ele não coloca para si essa questão de tentar organizar o Estado – em saúde e educação – e se compromete a resolver a questão.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

Se isso vier a acontecer, o governo vai precisar ter orçamento. E de onde vem esse orçamento?

Então, é muito complicada a forma de gestão que o governo quer implantar. Esse sonho de OS é um sonho muito bonito. Parece que o governo vai, de alguma forma, beneficiar a todos com isso e, ao mesmo tempo, o orçamento para essa aplicação será muito aquém daquilo que ele gasta hoje. Isso não é verdade. Isso é um sonho muito distante de acontecer. Porque educação é algo caro, caríssimo. E saúde, idem. É caríssima em qualquer lugar do mundo. Não existe meio termo para isso.

Então, também o sindicato dos trabalhadores em educação das escolas públicas é radicalmente contra a forma como querem fazer, porque existe, sim, a forma correta de se fazer isso, que é assumir o que tem e dar prosseguimento. Se precisa de reformas, façam as reformas. Agora, vai deixar algo que já está pronto, deixar de investir em algo que já está pronto há décadas, e recomeçar de novo? Se bem que, como já destacado aqui na Mesa, isso não é nada novo, não surgiu do acaso, é algo antigo também.

Então, essa é uma discussão que realmente precisa ser ampliada para a sociedade. E a sociedade precisa saber o que realmente está por trás disso.

Quando se fala em terceirização, na nossa mente parece que a verdade é esta: várias empresas concorrendo, uma tem de ganhar, seguindo-se um trâmite para tudo isso – apesar de nós sabermos o que acontece no final de tudo. Mas essa questão das OS é muito pior, porque quem vai determinar é o próprio ser que quer que determinada OS assuma determinada gestão. Então, se nós estamos preocupados com isso, devemos nos preocupar muito mais porque, por trás disso, nós temos pessoas, nós temos servidores e nós temos dinheiro público envolvido. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Carlos Alberto. Concedo a palavra à Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal, Dayse Amarílio.

SRA. DAYSE AMARÍLIO – Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso guerreiro Deputado Chico Vigilante, que esteve com a gente em algumas dessas lutas, a gente esteve abraçando, inclusive, a UPA – Unidade de Pronto Atendimento – da Ceilândia. Representando as mulheres, eu quero mandar um abraço para a Maria Isabel, está bom? Maria Isabel, não é fácil a vida de sindicalista mesmo não. Eu queria cumprimentar todos que estão aqui. A luta é muito grande.

Eu fico muito triste, gente, por esta plenária estar vazia. Vazia que eu digo pela importância do tema. Nós soltamos um vídeo, um chamado. A gente entende que o tema é tão importante, tão relevante e, muitas vezes, a gente fica parado e pensando o porquê de a gente não conseguir mobilizar os servidores e a sociedade. A sociedade, eu até entendo, porque ela quer o atendimento, ela quer ser atendida. Como o Chico fala, do jeito que está não dá para ficar.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

A população, a gente esteve fazendo algumas ações sociais, a próxima vai ser dia 26, em frente à Rodoviária de Sobradinho. A gente entregou alguns panfletos, falando o que é OS. A gente para, verifica pressão, verifica glicemia, numa ação dos sindicatos. A gente pergunta para a população assim: "O que é OS?", "Sei não. É alguma coisa em relação à saúde, mas vai melhorar?", e a população não sabe o que é, o que isso vai trazer para a saúde, o que significa.

Alguns servidores perguntam para a gente assim: "O que que isso vai mudar para mim que sou servidora já concursada?" Isso é muito sério, porque nem os servidores, muitas vezes, estão se preocupando com isso.

Eu costumo falar que a gente não é sindicalista, a gente está sindicalista e, antes de ser sindicalista, a gente é usuário do SUS – Sistema Único de Saúde. A gente está aqui, antes de tudo, como protetor do SUS. A gente tem uma frente em defesa do SUS. Eu queria agradecer à Arindelita que está ali representando a Frente Popular em Defesa do SUS. Uma salva de palmas para essa frente popular em defesa do SUS. (Palmas.)

Viu, Chico, essa frente é muito interessante, porque ela tem várias representações sociais. A gente está também em um fórum dos sindicatos na luta contra as Organizações Sociais, esses projetos que são pacotes de maldade. Inclusive a gente quer chamar os outros sindicatos, o Sindicato dos Professores, o Sindicato dos Terceirizados, para estarem nessa luta conosco.

Na próxima reunião, o Gutemberg vai falar, vai ser provavelmente na terça-feira. O que me preocupa é isso. A gente precisa sensibilizar a população porque a saúde, gente, pode piorar. Está ruim, não está? Quem acha que a saúde está ruim? Quem aqui é usuário do SUS? Então você tem que defender esse SUS, sabe por quê? Ele pode piorar.

Quem é enfermeiro, quem é técnico, quem é médico que trabalha na assistência sofre com isso que eu vou falar agora. Sabe o que é? Eu sou enfermeira de Centro de Saúde e, às vezes, a gente pega um caso de um paciente com dengue e começa a complicar. As plaquetas começam a baixar, começam a baixar, e o paciente começa com dor abdominal. Você liga para o hospital e o hospital fala que não tem médico, que não tem vaga e está fechado. Daí você liga para a UPA, e a UPA fala que está fechado, que não está atendendo. E você manda o paciente para onde? E aí, gente, para onde você manda o paciente?

Você é um profissional que trabalha na UPA, pergunto para você que trabalha numa UPA: quanto tempo você fica com um paciente esperando leito de UTI? Quanto tempo? Você tem estrutura para ficar com um paciente grave?

A gente é da Central de Regulação de Leito da UTI. Quantos leitos estão bloqueados? Em média, 60%, 40%, 50% por dia. Quantos pacientes a gente tem na fila? Cem, cento e cinquenta, muitas vezes a gente tem que escolher quem vai morrer quem vai viver porque a gente só tem, às vezes, uma vaga. Agora os leitos estão sendo bloqueados porque nem os médicos terceirizados, e vai ter

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

quarteirização, estão sendo pagos. Então, são coisas que mostram que a saúde vai piorar!

Aí eles falaram o seguinte: “Vamos começar pela assistência primária”. Não foi isso? Quem trabalha em assistência primária sabe que se ela fosse realmente implementada a gente resolveria de 60% a 80% do problema de saúde, isso é a Organização Mundial da Saúde que fala! Agora, quantos por cento a gente tem implementado? O governo fala que são 30%, não chega a 30%, tá, gente? Como é que você fala que uma casa funciona se ela só tem 30% de construção?

O Reginaldo falou de proposta? A proposta é fazer o que ele prometeu na campanha, ele falou que ia implementar, que ia aumentar o quê? O Programa Saúde da Família, não foi isso que ele prometeu? (Palmas.) Alguma coisa do que prometeu está cumprindo? Aí fala em 30%: “Não, esse modelo está fracassado”. Como é que pode estar fracassado um modelo que não foi nem implementado na sua totalidade? Gente, não há complexidade, a assistência primária não faz só promoção de saúde não, ela resolve muita coisa, 60% a 80%, tem resolutividade!

Dê autonomia ao enfermeiro, sabe por quê? O enfermeiro é um profissional de nível superior que consegue resolver, que consegue fazer triagem, que consegue fazer muita coisa, só que todos os manuais estão vencidos. A gente conversou com o secretário e falou: “Secretário, chame o sindicato, chame a ABEn – Associação Brasileira de Enfermagem para construir esses manuais, para dar mais autonomia aos enfermeiros”. Os enfermeiros estão trabalhando sem nenhuma legislação que os proteja porque os manuais estão sem vigência há mais de dois anos, três anos. Nós nos oferecemos para construir com ele esses manuais, para construirmos juntos, para que os enfermeiros tivessem mais autonomia, com base no fluxograma de atendimento, para que pudéssemos dinamizar o atendimento.

Então, parece que ele não quer ouvir, não tem construção de proposta, a gente tem pessoas capacitadas realmente para construir alguma coisa, mas ele não quer ouvir. Já foi falado que as OS, por onde passaram, deixaram rastro de corrupção. E vou falar uma coisa para vocês: os sindicatos estão de olho, a gente não vai deixar isso passar, a gente vai ficar de olho. Inclusive dessas organizações que foram qualificadas nós vamos atrás, e, se forem empresas que realmente têm rastro de financiamento de campanha etc, etc, essa informação vai vir à tona! Nós estamos cansados de ser roubados, e estou falando como população, não estou falando como sindicato não. Nós população do Distrito Federal estamos cansados, temos que chamar os outros à luta, não aguentamos mais!

As propostas são essas. A gente no ano passado ficou com mais de 150 milhões não executáveis. Será que falta realmente dinheiro? Só isso? Falta mesmo? Então, é dinheiro que não foi executado e que voltou para o fundo, e faltou teste rápido de dengue, estou falando de coisas básicas, faltou luva, faltou medicação, faltou Furosemida, faltou tanta coisa! Falou que não poderia usar o dinheiro em pessoal, mas e nas outras coisas?

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	17	

Portanto, a gente se preocupa muito com algumas coisas, inclusive com a questão sobre o Renilson que foi colocada na CPI de manhã. O Renilson foi Presidente das Organizações Sociais, é uma indicação aí, e, como presidente das Organizações Sociais, está dentro do governo para qualificá-las. Gente, é tudo muito estranho, e vou falar uma coisa para vocês: leiam o que o Governador mandou para a Casa. O projeto não tem muita alteração em relação ao que já existe hoje, algumas coisas eles enfeitaram. Por exemplo, só para terminar, na Seção III, art. 2º, fala-se assim: "É vedado a sessão parcial ou total do contrato de gestão pela Organização Social" – tá bom, é proibido, é vedado, só que há o seguinte – "... excetuando-se que haja autorização do poder público distrital e exceto que seja essa nova entidade qualificada como organização social." O que vocês entendem com isso aqui? Olha só, o contrato de gestão é o serviço, é o contrato. Então, é proibido que o contrato de gestão da organização social... Ela não pode assumir o contrato de gestão a não ser que o quê? Que o Governo do Distrito Federal faça o quê? Autorize ou, então, que essa entidade seja qualificada como uma organização social. Isso aqui é a quarteirização que vai acontecer de novo. Vocês já ouviram isso em algum lugar? Então, em Santa Maria, a gente está colhendo fruto até hoje da quarteirização, né? Se o nome... Então, gente, é isso. Nós estamos na luta. O Sindicato... Eu me posiciono ao Sinpro.

Antes de tudo, como usuário de SUS, como enfermeira que sou, vou dizer uma coisa para vocês: a Saúde do Distrito Federal – viu, Chico – não está pior por causa de servidores que levam a saúde nas costas. Ó, e costas doídas, viu? Que assumem a responsabilidade no dimensionamento de pessoal que não é obedecido, que improvisam quando não tem, que fazem o possível e o impossível pelos pacientes. Muitas vezes, ficamos além do trabalho, levamos aquela preocupação para casa. E aquele paciente. Então, não está pior por isso. Depois, vêm falar que servidor público não trabalha, que não sei o quê. Não, né? Não é lá no serviço público que tem gente safada, não. Desculpe-me a palavra, gente, mas estou indignada, e que fique aqui minha indignação, entendeu? Que se tome por esta Brasília essa indignação e, se precisar, a gente vai parar este Distrito Federal. Mas, Organização Social aqui não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Sra. Dayse Amarílio.

SRA. MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS – Chico, me dá meio minuto para eu dar um depoimento do que a enfermeira falou?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedido.

SRA. MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS – Vai fazer 3 meses que eu perdi o meu irmão por não ter uma UTI. Então, é verdade. Eu senti na pele.

Só isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Sra. Isabel.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

Eu quero registrar a presença da Sra. Deuzair Amâncio, Diretora do Sinpro; do Sr. Yuri Soares, Secretário de Políticas Sociais da Central Única dos Trabalhadores e que é diretor do Sinpro; da Sra. Thays de Oliveira, Presidente da União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal; do Sr. Djair Soares, Coordenador do Comitê Estudantil da ABEN - DF; do Sr. Osvaldo Baneth, que é da Associação Brasileira de Enfermagem; dos nossos companheiros Sr. Moises, Sr. Florismar, Sr. Edmilson, Sr. Luís, Sr. Gilmar, Sr. Elton, do Sr. José Maria de Oliveira e Thiana, que são diretores do Sindicato dos Vigilantes; do Sr. Aderson, Diretor do Sinpro, da Sra. Eliceuda França, moradora da Ceilândia e Diretora do Sinpro – e que faz umas tapiocas muito boas e nunca mais me convidou para comer –; do Sr. Marcelo Acácio, Diretor da União dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal e Presidente do Comitê Honestino Guimarães, CEMEB; do Sr. Márcio Sousa, que é do Sindicato dos Enfermeiros... Temos bastantes nomes aqui ainda, mas a gente vai registrando ao longo do período.

Concedo a palavra, agora, ao Sr. Gutemberg Fialho, Presidente do Sindicato dos Médicos, que poderá falar daqui ou da tribuna. Estou doido para que alguém use aquela tribuna.

SR. GUTEMBERG FIALHO – O Chico está querendo que usemos a tribuna, mas vamos deixar para a plateia.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante, Deputada Federal Erika Kokay; o Diretor de Organizações do Sindicato dos Professores e representante do Fórum de Educação, Sr. Júlio Barros.

Júlio, sua fala foi importante e você demonstrou a preocupação na terceirização também na Educação, não é? Estamos discutindo aqui a terceirização na saúde. Mas se abrir a porteira, como se diz lá no Nordeste – não é, Chico? –, passa boi e passa boiada. Portanto, não se pode permitir que ocorra o pecado capital.

Quero cumprimentar o Sr. Diretor de Organizações do Sindicato dos Professores e representante do Fórum de Educação, Júlio Barros; a Sra. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Terceirizados do DF, Maria Isabel Caetano dos Reis, que falou antes da Dayse. A sua fala foi extremamente importante e a senhora deu um exemplo do que acontece todos os dias no Distrito Federal e que nós denunciamos, são os óbitos evitáveis.

Sexta-feira eu recebi um telefonema de um colega médico. Ele me ligou de manhã e à tarde, e só conseguiu falar comigo à noite, fazendo um desabafo, Deputado Chico Vigilante.

O cidadão, fazendeiro, estava ordenhando uma vaca, teve um enfarto e desmaiou. Teve uma dor precordial, aliás, e desmaiou. Chegou ao Hospital de Base às 7h15min. O diagnóstico de aneurisma dissecante da aorta, quando a artéria abre e sangra, foi feito às 9h15min, Deputada Erika Kokay. O colega chamou o cirurgião cardiovascular em centro cirúrgico, mas não pôde operar porque não tinha

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

oxigenador para fazer a circulação extracorpórea. Esse paciente foi transferido para o Instituto do Coração às 3 horas da tarde.

Esse é o principal evento, do ponto de vista cardiovascular, que o cidadão pode ter, que é um aneurisma dissecante. E foi operado no Instituto do Coração às 3 horas da manhã, mais de vinte horas. E foi a óbito.

Então, são óbitos evitáveis que têm ocorrido, e nós não vemos atuação do governo para melhorar isso.

Quero cumprimentar a Sra. Dayse Amarilio, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal. Cumprimento os presentes na figura do Sr. Helvécio Ferreira, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, e do Sr. Domingos, representante dos usuários no Conselho de Saúde.

Bem, pessoal, nós falamos aqui do risco que corre a implantação dessa política, das denúncias e tal, mas, no mérito, a assistência à saúde, o direito à saúde é constitucional e prevê assistência suplementar, prevê que o Estado compre esse serviço. E nós não somos contra. Eu trabalho em consultório e atendo convênio, atendo na medicina suplementar. Mas o governo não pode deixar de fazer o dever dele para transferi-lo para terceiros. O que o governo está fazendo? Ele está destruindo o serviço público para passar para as organizações sociais.

Surgiu uma grande polêmica esses dias na mídia e o governo fez a guerra de linguagem, soltou a versão dele e fez a narrativa de que o Tribunal de Contas da União tinha, Deputado Chico Vigilante, autorizado a implantação das organizações sociais. O Tribunal de Contas não autorizou a implantação de organizações sociais, não deu aval para isso. Ele apenas repetiu o que o Supremo Tribunal Federal disse, que é uma forma de administração de política de saúde, que é constitucional.

E aí nós temos, também, nesta Casa, Deputado, uma polêmica entre o parecer do Deputado Chico Leite na Comissão de Constituição e Justiça com relação à PELO do Deputado Ricardo Vale e o parecer elaborado pelo seu gabinete, quando o seu parecer diz que, no voto do Supremo, autoriza a Câmara Legislativa a vetar esse tipo de implantação de política, de administração de saúde. Portanto, a Câmara Legislativa tem, na visão, na interpretação dada pelo gabinete do Deputado Chico Vigilante e seus assessores, o poder de vetar esse tipo de implantação de política.

Quando o Tribunal de Contas disse, na consulta feita por uma Senadora a pedido do Rollemberg, repetindo o Supremo, que é constitucional, o Tribunal de Contas fez uma série de recomendações. Como é que a gente lê as recomendações do Tribunal de Contas? "Não faça isso, não faça isso e não faça isso, senão vai ter roubo". O Tribunal de Contas mandou um recado para o Rollemberg: "Governador, não roube nem deixe roubar". Nós temos denúncia de corrupção feita no Distrito Federal e, hoje de manhã, antes desta comissão geral, nós tivemos a CPI da Saúde, apurando exatamente isso.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

Então, o Tribunal de Contas disse que era constitucional, mas deu o recado: “não roube e nem deixe roubar”.

No mérito, o que se fala a respeito das organizações sociais? Que as organizações sociais têm como vantagem a dispensa de licitação, agilidade nos processos de compra. Ora, dispensa de licitação e agilidade nos processos de compra? Basta planejar. Se há planejamento, sabe-se o que é estoque preventivo. Se você tem formação em administração hospitalar, se você é gestor, sabe como evitar que o estoque acabe e ocorra o desabastecimento.

Eu comentava há pouco com o Deputado Chico Vigilante que estamos tendo o corte de telefones. É tanta denúncia, que eu trouxe aqui um dossiê. Essa é interessante, Deputado Chico Vigilante. O Centro de Informação e Assistência Toxicológica só funciona por telefone. Se alguém sofrer um acidente, se um filho tiver uma intoxicação, um envenenamento, não tem como se comunicar, não tem como obter explicações e resolutividade porque o serviço não está funcionando. E pasmem os senhores! Eu recebi uma informação de uma diretora da Secretaria de Saúde. Quando o secretário foi informado de que os telefones não estavam funcionando, ele afirmou que não sabia. O secretário de saúde não sabia que os telefones estavam cortados. O Deputado Chico Vigilante sabia, foi inclusive procurado pela empresa. Onde está o secretário? E pior: ele chamou um servidor e o mandou resolver o problema, ou ver como se resolvia o problema. O servidor perguntou à diretora para que servia o telefone no hospital. Você acredita nisso, Deputada Federal Erika Kokay? Esse é o nível de gestão que nós temos.

Se há planejamento, se você sabe de gestão, não precisa terceirizar com esse argumento. Na contratação via CLT, sem concurso público, admite-se na hora em que quiser, e faz-se uma renovação do servidor. Um estudo da Universidade do Espírito Santo mostra que a renovação de empregados nas OS tem uma média de oito meses. A cada oito meses, renova-se e admite-se novo pessoal: assédio moral, não paga INSS nem fundo de garantia, etc.

O concurso público, a estabilidade no concurso público interessa mais ao Estado do que ao servidor, porque mesmo com um secretário ausente como esse, que não sabe que os telefones foram cortados, nós médicos, auxiliares de enfermagem, enfermeiros e administrativo estamos trabalhando e atendendo a população. Por quê? Porque temos estabilidade. Essa estabilidade interessa a quem? Ao Estado, porque permite que a máquina funcione, independentemente do quão ausente seja o secretário ou o diretor de hospital.

A Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho recomenda que se traga para a iniciativa privada a estabilidade. O Brasil é signatário dessa convenção, mas até hoje não a adotou. As OS trabalham mediante avaliação de desempenho e cumprimento de metas. É verdade, mas há um detalhe: cumpriu a meta, é aditivo, e os aditivos são enormes. Eu tenho aqui a relação das fortunas que são pagas na renovação dos aditivos. Se foi compactuado atender 100 pacientes,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

para atender 101 tem que ter nova repactuação, senão o paciente não entra no sistema.

Isso não ocorre no Hospital da Ceilândia, não ocorre no Hospital do Gama, não ocorre nos hospitais públicos. Você chega ao Hospital da Ceilândia, o hospital está cheio, os profissionais estão sobrecarregados, mas o paciente entra. Ele fica até com um atendimento desumano – fica sentado numa cadeira num corredor, fica deitado no corredor, num banco –, mas entra no sistema. No modelo da Os, não entra.

Planejamento estratégico e avaliação de desempenho são ferramentas da administração de qualquer sistema, seja público ou privado. Outra questão que dizem ser vantagem é que não entra na Lei de Responsabilidade Fiscal, o administrador fica à vontade para contratar e tal. Não é o entendimento do Tribunal de Contas do Distrito Federal. O entendimento do Tribunal é que esse gasto entra no câmputo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós entrevistamos o Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o Dr. Renato Rainha, na TV SindMédico, e ele foi claro, até porque é dinheiro público. Se não entrar na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que o governo quer com isso? Não quer ser fiscalizado. Quer gastar da forma que quiser, sem ter que prestar contas. Portanto, o que ele coloca como vantagem, nós não vemos mérito nenhum nisso.

Quais são as desvantagens desse sistema? Nós temos aumento de custos. Os custos dos estabelecimentos administrados pelas OS aumentam 2,8. Diminui o número de procedimentos, como tem acontecido também no Estado de Goiás. Eu tenho os números aqui, mas não vou me alongar porque é maçante.

Eu me esqueci de comentar outro dado. Fala-se a favor do regime celetista. O estatutário não pode ser demitido. Esse era o discurso do Arruda: “vamos terceirizar”. A terceirização vem desde o advento da Caixa de Pandora: não pode demitir, nós temos dificuldades de demitir. No dia 15 de fevereiro de 2016, foi publicada uma matéria no *Correio Braziliense* mostrando que, de 2003 para cá, o Governo Federal já expulsou 5.910 servidores estatutários. Desse montante, 4.931 foram demitidos, 456 tiveram a aposentadoria cassada e 523 foram afastados das funções comissionadas.

Portanto, é mais uma balela, é mais uma mentira dizer que servidor público não pode ser demitido. Basta que se aplique a avaliação de desempenho, os instrumentos existentes no nosso regime jurídico, como a 8.112 e a 840. Dizer que servidor público não pode ser demitido, e por isso tem que ser contratado pela CLT, é um engodo, é uma falácia, é uma forma de usar politicamente essas instituições, para contratar quem quiser e demitir quem discorda. E aí, você não tem o direito do contraditório, sofre assédio moral o tempo todo, e termina sendo demitido. Você vai brigar numa reclamação trabalhista que leva anos.

Nós temos denúncias de corrupção no Maranhão, com desvio de dinheiro e ordem de prisão, inclusive, do secretário da época, Ricardo Murad. No Rio de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

Janeiro, vocês viram o que aconteceu: prisão, desvio de dinheiro para compra de haras, compra de cavalos, medicamentos que saíam de hospital para tratar os cavalos dos homens das organizações sociais. O governador em exercício foi textual: disse que vai rescindir o contrato com as OS, porque além do desvio de verbas, diminuiu a produtividade. Na cidade do Rio de Janeiro, OS destruiu o sistema. O vereador Paulo Maurício, do PSOL do Rio de Janeiro, nós o trouxemos para dar uma palestra no sindicato dos médicos, para falar de como funcionam as OS no Rio de Janeiro. Ele disse: "Gutenberg, o problema é que destruiu o sistema e não podemos nos livrar logo, não podemos rescindir os contratos de imediato, porque temos de reconstruir aos poucos o sistema público".

Então, senhores, o risco é enorme. Você permite que se implantem as organizações sociais, depois vai ter dificuldade de reconstruir. Quando a gente fala de destruição, essa tem sido a marca do Governo Rollemberg, porque os indicadores só pioram. Ele está destruindo de uma forma organizada, para apresentar o milagre das organizações sociais. Implantou, vai ficar pior do que o Rio de Janeiro.

Nós fizemos uma matéria na revista do sindicato dos médicos – eu pedi para distribuir – sobre a terceirização na saúde. Colocamos algumas falas da pesquisadora Francis Sodré, da Universidade do Espírito Santo. Ela participou do seminário da Defensoria Pública comigo, fizemos parte da mesa. O trabalho que ela fez, sobre o *ranking* das OS, mostra que das 10 maiores OS, 8 são paulistas; 90% dos dirigentes de organizações sociais de todo o País têm pendência na Justiça; 88% respondem por improbidade administrativa; e 2 por estelionato. A média de permanência dos trabalhadores nas organizações sociais é em torno de 8 meses. O custo dessas instituições aumenta em 2,8.

Portanto, meus amigos, nós não vemos o porquê da teimosia, da insistência do Rollemberg em implantar esse tipo de gestão. Fizemos denúncias, questionamentos, e aí se pergunta: Qual é a solução, Gutenberg? A solução é simples. Nós temos um corpo de servidores valiosos, bem preparados e que gostam da instituição. São apaixonados pela instituição. Nós andamos nos hospitais, nos centros de saúde, e a gente vê a abnegação dos servidores, vê o sofrimento, como a Dayse colocou aqui, quando tem um paciente precisando de assistência e não consegue removê-lo. Às vezes, terminam bancando, colocando no carro para levarem ao hospital, porque nem uma ambulância tem.

As soluções são simples. Autonomia administrativa e financeira dos hospitais. Hoje não existe isso. Os diretores dos hospitais não têm autonomia administrativa e financeira, controle da gestão de compras, o que é um absurdo. Está aí a denúncia das órteses e próteses desde o início do governo.

Planejamento estratégico e cumprimento de metas e avaliação de desempenho e valorização do servidor.

Auditoria eficaz nos processos. Políticas para a saúde focada no perfil etário da população. Nós temos um país em processo de envelhecimento, com aumento da

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página
18 08 2016		16h07min		67ª SESSÃO ORDINÁRIA		23

longevidade e nós não temos geriatras na cidade, não temos geriatras no serviço público.

Informatização dos processos de gestão. O serviço não é informatizado e o pouco que tem é muito ruim, porque falta medicamento no hospital e tem no posto de saúde. As farmácias não se comunicam. Não há informatização.

Portanto, há soluções. Citei apenas algumas delas para se fazer uma gestão eficaz.

Agora, a implantação das Organizações Sociais acaba com a conquista da sociedade, com a conquista da democracia, consolidada com o Sistema Único de Saúde, constituído pela Constituição de 1988 por meio do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira.

Nós não podemos permitir, Deputado Chico Vigilante, senhores aqui presentes – Deputada Erika Kokay que tem feito esse debate, essa defesa e essa luta também –, nós não podemos permitir que transformem o Sistema Único de Saúde em um sistema privado.

Eu tive oportunidade de participar de uma audiência pública na Câmara dos Deputados, onde o Presidente da ANS – Agência Nacional de Saúde, na época, Maurício Ceschin, dizia que a medicina suplementar é uma alternativa ao SUS, quando saúde é um direito de todos e um dever do Estado. A medicina suplementar é secundária! Como o presidente de uma agência reguladora vai à Câmara dos Deputados e faz uma colocação dessas? Vejam o risco que nós corremos. O próprio ministro, como estão colocando. É verdade. Aliás, ele está resgatando tudo o que nós combatemos com relação à criação de planos de saúde populares. Ora, se nos planos de saúde contratados hoje não se consegue assistência, imaginem se criarem planos de saúde para cidadãos de baixa renda. Quem tem baixa renda tem de ser atendido – e muito bem atendido – no serviço público, e não por plano de saúde.

Portanto, senhores, eu tenho certeza de que nós não iremos fazer parte – repito –, Deputado Chico Vigilante, nós não iremos fazer parte desse cortejo. Nós não seremos os coveiros do SUS.

Senhores, muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Gutemberg.

Eu estava me lembrando aqui, Dr. Gutemberg, Dayse, todos os integrantes da Mesa, que o governo diz que precisa de agilidade nas compras. Poucas pessoas estão dizendo que nós vamos completar o mais longo período de emergência de um setor, o setor de saúde do Distrito Federal, que vai completar dois anos de emergência. Emergência era exatamente para se fazer os contratos emergenciais. Vai completar dois anos e é possível que passe os quatro anos em emergência. E melhorou o quê? Consertou o quê? Comprou o quê? Logo, o problema não é a agilidade, o problema é preguiça mesmo.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	24	

Antes de passar a palavra, eu quero registrar a presença da Sílvia, Diretora do Sinpro, Sílvia Canabrava; da Sra. Regina Célia Pinheiro, Diretora da Secretaria de Políticas Educacionais do SINPRO – Sindicato dos Professores; do Sr. Raimundo Luís, que é Presidente do SindNações – Sindicato dos trabalhadores das Embaixadas e Consulados no Brasil –, o sindicato do pessoal que trabalha em embaixadas, por quem, quando eu era Deputado Federal, nós travamos uma luta, pois eles eram considerados os boias-frias internacionais já que eles não tinham carteira assinada e, quando reclamavam, as embaixadas diziam que cumpriam as leis dos países delas, mas não cumpriam nem as de lá e nem as daqui, e a gente conseguiu quebrar isso.

Registro ainda a presença da Sra. Maria Luiza Pinho Pereira, que é professora-membro da Coordenação Colegiada do GTPA-Fórum EJA/DF; da Sra. Solange Gonçalves Rodrigues, professora da Secretaria de Educação; da Sra. Jucimeire Barbosa, Diretora do Sinpro; da Sra. Meg Guimarães, Vice-Presidente da CUT – Central Única dos Trabalhadores – e Diretora do Sinpro. Inclusive, há um fato muito interessante, que, infelizmente, aconteceu nesta Casa: ela foi praticamente espancada aqui dentro na discussão da escola sem partido – e no Eixão também. O povo gosta mesmo de bater nela.

Registro também a presença do Sr. Luciano Matos, Diretor do Sinpro; do Sr. Jorge Henrique de Sousa, Secretário-Geral do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal; e do Sr. Tarcísio Faria, Diretor do Sindicato dos Comerciantes.

Concedo a palavra à nossa querida companheira Erika Kokay.

SRA. ERIKA KOKAY – Deputado Chico Vigilante, eu queria começar parabenizando-o por ser o autor dessa iniciativa de comissão geral, quando se transforma as sessões ordinárias em uma sessão de discussão sobre um tema pela relevância que ele carrega. Então, o fato de estarmos aqui em comissão geral já indica a relevância desta discussão acerca das OS.

Eu penso que é um dilema muito grande, pois nós estamos vivenciando um momento, na implementação da saúde, que carrega muitas dificuldades. Nós estamos vivenciando, na Câmara dos Deputados, dois projetos. Um deles é o PLP – Projeto de Lei Complementar – nº 257, que reduz as despesas correntes. Ele reduz ou estabelece um teto de reajustamento das despesas correntes apenas pela inflação medida pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Nós estamos falando de dois tipos de despesas: das despesas com pessoal e das chamadas “outras despesas”, que são as despesas de custeio. Quando nós adentramos o universo da saúde, por exemplo, nós vamos ver que os medicamentos e os insumos, via de regra, historicamente, têm crescido mais do que a inflação. Se você vai manter medicamentos e insumos, você vai gastar o que seria o reajustamento da saúde, que é deixá-la no mesmo patamar de despesa real. Você apenas reajusta pela inflação e tende a congelar os salários.

Esse projeto foi bastante melhorado com a participação dos servidores e servidoras e também com a participação da bancada de parlamentares que se

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

colocou a favor de um Estado que seja forte o suficiente para fazer o luto das casas grandes e senzalas. É falaciosa a discussão de que o Estado tem que ser mínimo. O Estado nunca é mínimo para a elite deste país.

Nós estamos com outra proposta, a PEC – Proposta de Emenda à Constituição – nº 241, que reduz todas as despesas primárias, não apenas as despesas correntes, mas todas as despesas primárias, inclusive, investimento ao que está estabelecido ou a um patamar de reajustamento correspondente à própria inflação.

Vejam: a cada um real que nós investimos em saúde e educação, quatro reais são despendidos deste país para o pagamento dos serviços da dívida. Não se está mexendo nas despesas financeiras de uma dívida que nós não sabemos direito como ela foi construída porque a Constituição prevê uma auditoria da dívida – e esta nunca foi feita. Então, 43% do orçamento do Brasil é gasto para o pagamento dos serviços da dívida. Eu digo tudo isso porque esta PEC nº 241 é uma PEC que excetua e isenta o Fundo Constitucional. O Fundo Constitucional não será reajustado de acordo com a inflação; ele será reajustado de acordo com a variação da receita. Isso vai transformar... O Fundo Constitucional terá um reajuste vultoso. E nós estamos falando do Distrito Federal, onde toda a segurança e parte das folhas da saúde e da educação são bancadas pelo Fundo Constitucional. Também não se mexe nas transferências constitucionais, ou seja, naquilo que o governo tem constitucionalmente que repassar para os estados, os municípios e o Distrito Federal.

Então, nesse quadro, nós estamos vivenciando uma lógica de transformar e deixar o Estado num tamanho extremamente pequeno, a pequenado para o povo brasileiro e para os servidores, para possibilitar que a iniciativa privada assuma parcelas do que é hoje elaborado ou efetivado pelo próprio Estado. Quando você diminui o Estado, você amplia a margem de participação da iniciativa privada.

Aqui, no Distrito Federal, o quadro é mais grave, porque existe uma intenção do Governador... Inclusive, S.Exa. está disputando narrativa, está construindo para a sociedade uma narrativa de que as OS são a salvação para os problemas do nosso serviço, da precariedade do serviço público. A precariedade do serviço público, particularmente na saúde, foi construída pelo próprio governador para justificar as OS, que, em verdade, não são OS. Eu quero saber que organização social é um hospital como o Santa Marta. Aliás, é o Santa Marta que está envolvido nas denúncias de corrupção nesta Casa, no pagamento de propinas para que esta Casa destinasse recurso para o pagamento das UTIs. É exatamente esse Santa Marta que as notícias, as denúncias dizem ser o epicentro do processo de construção dessa manobra ou desse desvio de recursos públicos que aconteceu nesta Casa, que seria para salvaguardar o Santa Marta, que é uma das entidades que não são organizações sociais.

É a mesma discussão sobre a Real Sociedade Espanhola, que assumiu o Hospital de Santa Maria. A Real Sociedade Espanhola era um hospital terciário da

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

Bahia. Não tem nenhuma relação com entidade filantrópica ou social. É uma entidade privada, de atuação privada. E aí o que eu faço? Eu substituo a condição de a iniciativa privada ser complementar à saúde... Porque, aqui já disse o Gutemberg, é possível que o Estado compre serviços da iniciativa privada, serviços de saúde, de UTI, disso, daquilo, é possível que o Estado compre de forma complementar, não estrutural.

Nós estamos vivenciando uma entrega da saúde do Distrito Federal, da educação do Distrito Federal. Na última greve dos professores, conteve-se o processo de transferência para as OS, mas essa é uma lógica que está presente no Governo do Distrito Federal. É a lógica de entregar para iniciativa privada, que exige lucro. Se é iniciativa privada, não é organização social, vai exigir lucro. Se você não tem dinheiro para investir na saúde como está, como é que você vai contratar uma empresa que exige lucro para prestar este serviço?

Quando o governo faz um cálculo, ele faz o mesmo cálculo da terceirização das lavanderias. Ele se esquece de uma coisa: o servidor que presta o serviço que será prestado pela OS vai continuar na estrutura do Estado e na folha do Estado. Quando ele diz que o serviço é mais barato, ele calcula o que gasta hoje e o que gastará com uma OS, mas ele não calcula que continuará tendo que arcar com determinadas despesas que ele tem hoje. Se ele calcular de fato, verá que as organizações sociais são mais caras para o Governo do Distrito Federal, para o povo de Brasília do que os servidores e servidoras, porque os servidores e servidoras públicos não têm a lógica do lucro. E o argumento de tentar culpabilizar os servidores pelo caos na saúde – por isso, é preciso que eles sejam retirados e se coloquem servidores com outro tipo de vínculo – é absolutamente falacioso, porque nós sabemos o que fazem os profissionais de saúde. Nós sabemos o que fazem os profissionais de saúde e o que fazem os profissionais de educação para atenderem a população do Distrito Federal, o nível de esforço. Porque aqui nós temos um pacto pela vida.

Quando se combate a estabilidade... Era bom dar uma estudada sobre o Japão para ver que os japoneses ressurgiram da Segunda Guerra Mundial com alguns pactos, e um desses pactos é o emprego vitalício. A pessoa faz um compromisso com a instituição, porque ela vai ficar a sua vida naquela instituição. Por isso, os japoneses falam dos pactos divinos que envolvem todos os servidores, não apenas os servidores públicos, mas todos os trabalhadores: dos planos de carreiras, da remuneração que seja compatível e do emprego vitalício. Porque, quando ele entra no emprego, ele sabe que ascenderá pelos planos de carreiras e terá uma remuneração que possibilitará que ele fique naquele emprego. São os princípios divinos dos japoneses que fizeram e construíram a terceira revolução industrial, são legados. Além disso, o funcionário, o trabalhador que tem estabilidade – que não impede a demissão do funcionário por desídia, que não impede a demissão do funcionário por atos ilícitos –, esse servidor tem liberdade para criticar a gestão; ele tem liberdade para dizer “não, isso está errado”; ele tem liberdade para

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

denunciar o ilícito; ele tem liberdade para denunciar todo o malfeito que qualquer gestor possa fazer. É uma segurança para o povo!

Vejam, o servidor terceirizado, que é um servidor sem vínculos, porque... Gutenberg, os servidores de São Paulo, por exemplo, grande parte das pessoas que estão trabalhando nas OS não tem vínculo. Não é que o vínculo é celetista. Não tem vínculo: entra, trabalha e sai. E, se não tem um vínculo com a instituição, também a sua relação com a instituição e com o atendimento é precário. Nós não vimos os recibos no HUB, que eram as pessoas que trabalhavam em contraprestação de um recibo?

Então, nós estamos falando da necessidade de termos servidores que mostrem o comprometimento que os nossos servidores da saúde, da educação e do Estado têm com o povo do Distrito Federal.

Por fim, quero dizer que as OS não vão representar uma diminuição dos custos. Nós teremos um processo de precarização dos laços, que vão diminuir o comprometimento e a consciência crítica, que faz com que o povo do Distrito Federal fique de olho nos serviços públicos. E há denúncias e mais denúncias de corrupção. Nós não podemos permitir que isso aconteça.

Além disso, o Estado fica refém. Por exemplo, uma OS assume uma unidade e vai renegociar os seus contratos. De repente, o Estado não quer bancar o que ela acha que deve receber. O que faz a OS? Ela vai embora, ela pode ir embora. Então, o Estado fica refém, porque ele entrega o serviço para uma OS. Se entrega um hospital para uma OS, e a OS – que não é OS, mas uma entidade privada – diz que não vai trabalhar mais por aquele percentual, porque encerrou o seu contrato, o Estado pode ter aquela instituição sem funcionamento, porque, simplesmente, a OS não aceita trabalhar naquelas condições. E nós sabemos que as condições em que se trabalha não são as condições que nós vemos no Sistema Único de Saúde.

O Ministro da Saúde tem feito um colar de pérolas de absurdos nas suas próprias falas. Já disse que o homem trabalha mais do que a mulher, já disse que as doenças que o povo leva para as unidades de saúde são doenças inventadas, são psicossomáticas. Aliás, se for doença psicossomática, tem que ser atendido também, porque há doenças psicossomáticas. Mas diz que são todas invenções, diz que o SUS não deve atender todo mundo. Se ele rompe a universalidade, rompe também os princípios do próprio SUS.

E ainda disse: "Façam um plano de saúde. Façam um plano de saúde, porque vão ajudar a população do País e vão ajudar o SUS." É um festival de absurdos que tem dito esse ministro, para além de dizer: "Não, vamos deixar os médicos cubanos. É melhor médico cubano do que farmacêuticos e benzedeiras." Eu não sei se ele estava desqualificando os médicos cubanos, os farmacêuticos, as benzedeiras ou se estava tentando desqualificar todos, na lógica que lhe persegue, que é uma lógica de quem não entende de saúde e não pode estar como Ministro da Saúde deste país.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

Portanto, nesse processo, vamos ver que as OS não se justificam. Elas são mais caras, elas rompem o compromisso, o Estado fica refém do seu próprio funcionamento e elas atendem às metas que foram estabelecidas. Se a meta é cem, é cem e acabou. Acabou. Não atende mais.

Aliás, no Hospital de Santa Maria, nem meta tinha. O governo pagava a real sociedade espanhola e não tinha metas. Então, podia-se atender a, b, c, d, o que quisesse, porque não havia metas. Mas, se estabelecerem metas, ele se prende à meta e não extrapola essa própria meta.

Por isso, penso que precisamos chamar o Governador do Distrito Federal à responsabilidade. A sua postura de destruir a saúde para justificar as Organizações Sociais, entregar a saúde para a iniciativa privada, é criminosa, porque vamos ter um impacto na saúde e um impacto nas políticas públicas que a população vai absorver, como tivemos em vários locais onde houve a implementação das OS. Penso que deveríamos fazer isso que está sendo feito aqui, ou seja, uma grande unidade de todos os segmentos, para que possamos nos colocar em movimento, para que possamos dizer que o Governo do Distrito Federal não pode encaminhar para a Câmara qualquer tipo de projeto de organização social na saúde sem escutar o Conselho de Saúde.

O Conselho de Saúde tem uma resolução que nega a participação e a terceirização. Se há uma resolução que nega, não cabe ao governador se sentir o Luís XIV das sombras e achar que o Estado é ele, que a lei é ele e que ele faz o que quiser com o próprio Estado. Não faz. O Estado é do povo desta cidade e o Estado tem que ser respeitado para se fazer democrático, para se fazer republicano às necessidades do povo.

Aliás – eu me calo com isto –, sabemos que foi o Governador do Distrito Federal um dos grandes articuladores do PLP nº 257, o que mostra inclusive a sua covardia, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal existe e os governos têm que cumpri-la. Não é necessário um projeto para se dizer “não posso fazer nada, porque tem uma resolução da Câmara que indicou isso”. Não. Há que se ter coragem. Coragem. Coragem inclusive para ser honesto e para dizer o que nós sabemos o que é verdadeiro, que se quer entregar a saúde, a educação para a iniciativa privada, contra o povo. Sabemos que iniciativa privada não trabalha sem lucro e não trabalha sem buscar alimentar o seu próprio bolso. Por isso, eu digo: Governador, tenha coragem! Governador, tenha coragem de dialogar com os servidores, tenha a coragem de dialogar com a população, mostrando exatamente quais são as suas intenções, porque nós vamos dizer ao povo do Distrito Federal quais são as intenções de quem quer entregar saúde, educação e outras políticas públicas fundamentais para assegurar direitos na mão de quem quer apenas lucrar.

Dizer que Santa Marta é Organização Social? Brincadeira. E com saúde, com educação, não se brinca, Governador Rodrigo Rollemberg.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, nós terminamos as exposições da Mesa. O povo está inscrito e vai falar. Temos um Regimento e nós o cumprimos. São 18h05min. Temos doze companheiros e companheiras inscritos. Eles vão falar, cada um, por três minutos. Portanto, antes das 19 horas, prometo a vocês que terminamos. Mas eu queria pedir para ninguém sair antes de terminarmos, porque dedicamos esta tarde e esta noite a essa discussão.

Deputada Erika Kokay, como estamos transmitindo via internet, deve haver trabalhadores da limpeza, Dona Isabel, vigilantes e outros trabalhadores dizendo: “Mas o que eu tenho a ver com isso?” Todos temos a ver, primeiro porque é a saúde pública que está em discussão, é a educação que estamos discutindo. Segundo, porque já tivemos a experiência do Santa Marta, que foi um bom laboratório, para sermos contra as OS. Lá, quando era, Helvécio, da Organização Social, não havia vigilantes, era um número reduzido de agentes de portaria. O número de trabalhadores de limpeza também era muito pequeno. E é o que vai acontecer, caso sejam implantadas essas chamadas Organizações Sociais, no sentido do corte de despesa. É para cortar despesa e dar lucro para alguns. Dizer que Organização Social é sem fins lucrativos? Não são do Papa, não temos nenhum franciscano dirigindo-as. Como dizer que é sem fins lucrativos? Não dá, não é?

Portanto, é muito grave a situação que está colocada. Acho que os trabalhadores precisam acordar para a realidade que estamos vivendo. Eu ousou aqui tomar emprestada do frei Leonardo Boff a afirmação de que, se os trabalhadores do Distrito Federal soubessem o que está sendo preparado para eles, não precisaria nem os sindicatos chamar. As praças e ruas do Distrito Federal estariam tomadas. Mas infelizmente muitas pessoas ainda acham que não é com elas.

Vamos combinar de todo mundo ficar até o fim?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tem café. O cafezinho está ali. Acabou? Vamos mandar trazer mais, vai vir mais café, que é para ficarmos bem acordados aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Banheiro, tem aqui embaixo. Você pode descer aqui, à direita. Quem quiser usar o banheiro, é ali.

O primeiro a falar é o Lamparina, da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Você, agora, querendo ou não, vai falar da tribuna, Lamparina, e tem três minutos.

SR. EDMÍLSON LAMPARINA – Os três minutos não me importam, não, o que me importa é a tolerância, porque, em três minutos, não vai dar para eu fazer a minha fala aqui, não.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página
18 08 2016		16h07min		67ª SESSÃO ORDINÁRIA		30

Boa noite, companheiros e companheiras, companheiros da saúde, da educação e das demais categorias. Boa noite aos companheiros que compõem a Mesa, as mulheres, na pessoa da companheira Erika Kokay, e os homens, na pessoa do bravo e guerreiro companheiro Chico Vigilante.

Venho aqui encaminhado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, para uma missão. Acho, Deputado Chico Vigilante, que esta comissão geral tem de ser ampliada, porque hoje a realidade do Distrito Federal não é só Organização Social na saúde. Temos uma nuvem negra que paira sobre esta Casa, de número 1.186, de 2016. Quando aprovado esse projeto, não vai sobrar pedra sobre pedra dos servidores públicos no Distrito Federal. Com isso, quero ampliar a fala do Gutemberg e a fala do Júlio. Perfeita a fala do Júlio.

Vou ler uma coisinha muito rapidamente aqui para vocês, só para que os trabalhadores que estão aqui nesta sala – a maioria é dirigente sindical – levem para a sua base para ver se ela se enxerga ou não dentro dessa proposição que está nesta Casa. A proposição só excetua carreira típica de Estado, e carreiras típicas de Estado são estas aqui: segurança pública; diplomacia; tributação; arrecadação e fiscalização de tributos federais e contribuições previdenciárias; controles interno e externo; consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional; defensoria pública; representação judicial e extrajudicial dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive na execução da dívida ativa; formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e de planos nacionais de desenvolvimento econômico e social; inspeção do trabalho; elaboração, programação e fiscalização de orçamentos públicos; fiscalização e controle do comércio exterior; vigilância sanitária; fiscalização, inspeção e defesa agropecuária; fiscalização e proteção do meio ambiente. Se você não se enquadra em nenhum desses aqui, você vai ser afetado pela organização social, se ela for aprovada.

Então, quem é dirigente sindical e não se enxergou nessas carreiras aqui tem que falar para sua base que o lugar dela é nas ruas e nesta Câmara Legislativa para que esse projeto não seja aprovado. Esse projeto pode ter a duração de 10 a 35 anos. São alguns pontos que eu vou colocar aqui para vocês. Esse projeto possui aditivos que não têm necessidade de seleção. Esse projeto, lá no seu artigo 26, traz o canto da sereia para o servidor público, que é aquela coisa: “É facultado ao Poder Público a cessão de servidores à organização social sem perdas legais”. Você vai ser liberado para trabalhar também pela organização social sem perdas legais. Quando um servidor nosso e nós representantes sindicais ouvirmos isso lá na base, vai ser como um canto da sereia. Todo mundo que estiver fora do serviço público ou desempenhando outras funções vai querer também estar na organização social. É o canto da sereia. Não podemos cair nesse canto.

E ele abre a janela para todo tipo de contrato, ele extrapola aquela coisa que foi aprovada lá no STF. Ele não é só a gestão, Júlio, é gestão, convênio, fomento. Não é só fomento, é cooperação, instrumentos e ainda fala em congêneres.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	31	

Congêneres é qualquer coisa que tenha natureza ou finalidade semelhante ou similar, ou seja, Chico, ele é tão abrangente, ele tem palavras que abrangem tanta coisa que, se nós não formos para rua, nós estamos enrolados.

Chico, eu queria trazer aqui um abraço da Diretoria da CNTE e um abraço do nosso Presidente Roberto Franklin de Leão e dizer que nós acreditamos em todas as proposições nesta Casa que têm a sua digital, porque você é um cara persistente, principalmente persistente nas coisas que você apresenta. A gente tem até o exemplo dessa máfia dos combustíveis. Com muita persistência, nós podemos ter gasolina a R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos) hoje no Distrito Federal – uma gasolina que era quase quatro reais. (Palmas.) Então, nós da CNTE acreditamos nessas proposições que são feitas por você nesta Casa, e você pode contar com a Confederação para que também possamos desenvolver esse trabalho junto com você.

Queria propor que esta comissão geral fosse ampliada a todos os servidores do Distrito Federal que não são carreiras típicas de Estado, porque todas elas têm ameaça desse projeto de lei que hoje está na Casa e que já deve estar em discussão e às vésperas de votação.

Chico, eu queria só pedir desculpas, pois tenho de me ausentar, porque eu vou ao Senado agora. Eu deveria estar lá às 18h, e já são 18h12min, mas vou tentar chegar, porque temos uma reunião lá no gabinete do Paim. Está bem?

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Lamparina, pela importante contribuição que você trouxe.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Domingos de Brito, do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

SR. DOMINGOS DE BRITO – Boa noite a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante, o Presidente do Sindicato dos Médicos, Gutemberg Fialho, e demais componentes da Mesa.

Eu gostaria de iniciar – pena que ele não está presente – fazendo uma correção ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, quando ele fala do trabalho elaborado pelo Conselho de Saúde que já está pronto e aprovado. Não, ele está sendo elaborado por todos os segmentos do Conselho de Saúde.

Eu gostaria de corrigir o Deputado Chico Vigilante, se eu não estiver errado, quando ele diz que o problema da saúde em Brasília, no Distrito Federal, é gestão. Perdão, Deputado, mas não é só gestão. Se hoje nós tivéssemos o que tínhamos antigamente, uma fundação público-privada, uma fundação hospitalar, um colchão de uma UTI seria feito em um dia e repostado. Assim, teríamos mais leitos para utilizar. Se nós tivéssemos um gesso quebrado, pingando água, esse serviço de manutenção seria feito em um dia. Uma série de coisas seria resolvida de uma forma extremamente mais barata, e não seria entregue a empresas que fazem

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	32	

manutenção, com contratos que nós sabemos como, com dinheiro desviado, com preços altíssimos, com demanda de tempo, três, cinco, seis meses para serem feitos.

Neste momento, o Conselho de Saúde do Distrito Federal está elaborando um trabalho para tentar reerguer a saúde no Distrito Federal. Ouvimos aqui muitas falas, mas também gostaríamos de corrigir e pedir desculpas se estivermos errados. Nós precisamos, sim, da integração. Nós somos usuários e estamos brigando pela não implantação das OS, mas, neste momento, nós precisamos da integração dos trabalhadores, dos gestores.

Olha, sabemos de uma série de trabalhadores que estão adoecendo porque temos também trabalhadores que não dão a devida atenção ao atendimento ao usuário. Ao sindicato, pedimos que não haja corporativismo com essas pessoas. É necessário que os sindicalistas não passem a mão nas cabeças daqueles que não querem trabalhar. O trabalho que nós estamos fazendo é para união dessas pessoas. Aqueles que estão adoecendo porque trabalham demais, trabalham com amor, nós sabemos que o número é bem maior, mas também existem aqueles que não querem trabalhar. Deixemos de lado esse corporativismo. Façamos o atendimento adequado aos usuários.

Hoje pela manhã nós estivemos no Hospital de Base, e não há condições de fazer uma cirurgia cardíaca, porque não há condições para os trabalhadores. Neste momento, nós precisamos integrar trabalhador, gestor e usuário. Sem isso, não caminharemos.

Obrigado, e boa noite! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Domingos.

Concedo a palavra ao Sr. André Ângelo da Silva, Técnico de Laboratório. (Pausa).

Em sua ausência, convido a fazer uso da palavra a Sra. Vilmara Pereira do Carmo, Diretora do Sinpro.

SRA. VILMARA PEREIRA DO CARMO – Boa noite a todas e todos.

A primeira provocação, Chico, que vou fazer a você, enquanto Deputado, é a seguinte: por que este momento nosso – esta audiência – tem que ser gravado, se a gente tem uma TV da Câmara Legislativa? A isso aqui era para a população toda do DF estar assistindo. Vários motivos levaram elas e eles a não estarem aqui, e isso aqui poderia ser reprisado, como é na *TV Câmara*. Então é um desafio a gente tornar mais transparente esse debate aqui, para que a população possa se sentir pertencente às decisões tomadas nesta Casa.

Eu trago aqui um debate porque estou realmente apavorada com esse cenário. Se a gente fizer um resgate histórico do ano de 2009 aqui no Distrito Federal, quando foi deflagrada a Caixa de Pandora, o Governador Arruda tinha mais popularidade do que o Rollemberg tem hoje. É claro que devem ser guardadas as

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	33	

devidas diferenças. Ele foi pego no flagra carregando uma mala de dinheiro, e isso ocasionou, juntamente com a Operação Caixa de Pandora, toda a questão da saída dele.

A gente está fazendo uma análise do projeto x para OS, para educação, todo o desmonte, todos os casos de corrupção – aí eu faço minhas as palavras da Dayse, do Sindicato dos Enfermeiros do DF –, e eu não consigo ver como a gente vai gerar essa catarse no Distrito Federal. A gente vai continuar assistindo a esses vídeos, a esses depoimentos desse grupo que está nesta Casa, que continua nesta Casa? A gente já teve denúncias do Executivo, e a gente vai ficar só no Fora Temer? O problema é só lá? E o Distrito Federal?

Então, eu não vejo a hora de o Distrito Federal acordar, porque nós precisamos acordar. O projeto de OS é um pingo. Já tivemos o problema no IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, na nossa previdência, e outros tantos problemas virão – o não pagamento dos nossos salários.

Até o ano passado, uma parte da minha categoria falava: “A gente tem que pedir o Fora Rollemberg”. Eu dizia: “Calma, gente, calma. Ele está arrumando a casa. Não é isso que ele está falando? Ele está arrumando a casa”. Mas, além de estar arrumando a casa, a gente está vendo que ele também está roubando a casa – junto com o grupo dele. Então a gente tem que começar agora. Além do Fora Temer, a gente tem que começar a construir algo.

Sim, é cansativo. A gente sabe que 2010 foi um ano, do ponto de vista econômico, no Distrito Federal, falido. Quem trabalha na área de economia sabe que, em 2010, foi morto o Distrito Federal por conta de um governo que realmente parou tudo e não conseguiu movimentar a Capital. Mas a gente precisa ter essa coragem.

Não dá para a gente ficar quatro anos batendo na tecla de que este governo é incompetente, é incompetente, porque ele não é apenas incompetente. Ele também está se mostrando um governo corrupto. Por isso hoje a gente fala Fora Temer, mas eu tenho certeza de que no futuro a gente vai falar Fora Rodrigo Rollemberg. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigada, Vilmara.

Concedo a palavra ao Jorge Vianna, Diretor do SINDATE – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal. Já saiu?

Chamo Luiz Carlos Macedo Fonseca, do Conselho de Saúde do DF.

SR. LUIZ CARLOS MACEDO FONSECA – Cumprimento a Mesa na pessoa do digníssimo Deputado Presidente desta comissão, Sr. Chico Vigilante.

A situação da saúde no nosso País tem um pai, e este pai é o Supremo Tribunal Federal. Digo isso porque a Lei nº 9.637, de 1998, levou dezessete anos para ser aprovada pelo Supremo. Nesse ínterim, tornou-se um caos a saúde. Então,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	34	

com o conceito de conformidade com a Constituição, o Supremo não teve como dar inconstitucionalidade à ADI nº 1.923, que trata desse assunto.

Ainda reza na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, o art. 24, inciso XXIV, da Lei de Licitações, através da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998 – que nem existia à época; veio a ser promulgada doze dias depois –, que foi integrada e conferida à Lei nº 8.666, de 1993.

Então, como uma corte suprema pode legalizar uma lei quando um dos seus artigos não existia?

Em suma, OS. No nosso Estado, a primeira OS foi o Instituto Candango, em seguida veio a Real e depois a Cruz Vermelha Brasileira, município de Petrópolis, da qual os senhores não têm conhecimento porque não foi divulgada. Foi contratada para gerir as UPAs – Unidades de Pronto Atendimento do Núcleo Bandeirante e de São Sebastião. Foi aprovada e nem passou pelo conselho, ocorreu *en passant*. E o que aconteceu? Assinou o contrato, recebeu a primeira parcela para gerir as duas UPAs, mas, no fim das contas, recebeu o dinheiro e não prestou nenhum serviço, até hoje estamos aí a ver navios. Mas o governo não quis e não fez.

Outra coisa: o governo se esconde através da Lei de Responsabilidade Fiscal para não fazer as adequações necessárias. Contrata apadrinhados, comissionados e correlatos, e os profissionais não podem ser contratados. Há no quadro funcional 22 mil comissionados, fora os outros que ingressam no serviço público através de apadrinhamento.

Eu gostaria de finalizar falando dessas OS aqui durante trinta anos – a lei de licitação estabelece até cinco anos. Ela não exige atestado de capacitação técnica nem atestado de capacidade financeira. E, dentro do quadro da comissão de administração, contida nesse projeto do governo, ela se exime da Constituição, que exige, na Lei nº 9.637 (*sic*), mais de 50% de agente público na composição dessa comissão. Nesse projeto se retira tudo.

Além disso, a atenção primária não existe. Por que ela não existe? Porque o usuário procura o hospital e as UPAs, mas não é atendido. E o que sobre para a pessoa que vai buscar atendimento? Sobram os postos da saúde, mas nesses postos só são atendidas quinze pessoas por dia, agenda fechada. Então, quem socorre o povo que necessita de atendimento? Tem que abrir a atenção primária, abrir os postos de saúde, estender. Já tem toda a estrutura física, já tem toda a estrutura de recursos humanos funcionando, e isso não está sendo aproveitado.

Portanto, esta Casa também tem que se posicionar para que a saúde pública não seja uma desculpa para implementar OS, que não têm o Tribunal de Contas inserido para fiscalização. Em Primeira Instância está esta Casa, que está contida nesse projeto. Muito obrigado. (Palmas.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	35	

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Denivaldo Alves do Nascimento, Diretor Jurídico do SAE – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Aquedo Valentim do Nascimento, servidor público do GDF.

SR. AQUEDO VALENTIM DO NASCIMENTO – Boa noite, pessoal. Primeiramente quero parabenizar o nobre Deputado Chico Vigilante por esta excelente audiência e pelo trabalho que tem feito nesta Casa.

Vou ser bem breve. A primeira coisa que queria falar é o que o presidente do sindicato falou. Realmente, eu trabalho no serviço público eu sei como é que é. Eu aconselho vocês que, se tiver um assédio moral dentro do seu local de trabalho – porque eu sei que existe, ne, o nobre Sindicato sabe –, se tiver isso, não adoeça, vá à delegacia, filme e registre a ocorrência, para não acontecer como aconteceu com o senador, que nesses dias a gente viu. Aquilo lá foi um assédio!

Em segundo lugar, eu sou contra essas OS. Por quê? Por que ele quer fazer essas OS? Lá em Santa Maria, estão devendo mais de 20 milhões, não é, Deputado? Mais de 20 milhões para a empresa que está lá prestando serviço que sai, não sai, está devendo... Por que ele defende tanto essas OS?

Eu acho que deveriam chamar o Governador aqui para dar essa explicação. Porque atrás disso, eu tenho a certeza de que estão os planos de saúde, a Amil, a SulAmérica. Eu não acredito que o Santa Marta está por trás disso, não. Eu acredito que ele seja um laranja, um laranja desses planos de saúde. A SulAmérica, a Amil, e tudo. O próprio secretário falou que existe dentro do governo pessoas que querem atrapalhar o andamento. Eu creio que o governo é ruim, mas eu creio também que tem pessoas lá dentro infiltradas para denegrir a imagem do governo e acabar com a saúde, inventando essa tal de OS. A OS é um grupo de empresários, de seguradoras de plano de saúde. Isso que é a realidade e que tem que deixar bem claro. Os senhores têm que explicar isso. Grandes empresários. Santa Marta é uma pobrezinha, é laranja. Mas, tem gente que está querendo acabar com a saúde de Brasília.

Então, é o governo. Ou é a sua má gestão ou ele está sendo acuado ou está sendo vendido. Ele tem que ser chamado para explicar isso. Porque, até agora, nada. Só se fala: Ah, Rollemberg, governo, governo. Mas, cadê que ele vem aqui para se explicar para a comunidade e para a gente.

Eu agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, companheiro.

Concedo a palavra ao Diretor do SindSaúde, Sr. Rodrigo Conde.

SR. RODRIGO CONDE – Obrigado.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	36	

Boa noite, eu quero agradecer a oportunidade e cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Chico Vigilante. Agradeço a presença do Sindserviços que tanto colabora com o funcionamento dos hospitais e das escolas, junto com os vigilantes e todos os demais colegas sindicalistas que estão presentes aqui.

Bem, lamento a não vinda do secretário, parece que ele se esconde como, na verdade, se esconde todo esse Executivo, e a gente só vê declarações aqui e ali na imprensa. Esse Executivo, esse governador que a todo momento tenta desqualificar a Câmara, achando que aqui os Deputados não tiveram votos. Achando que aqui os Deputados foram colocados por peixadas assim como ele foi colocado por peixada no Senado. A gente sabe como ele entrou lá, trem da alegria. Ele acha que pode desqualificar os outros.

Pois, bem, eu venho trazer aqui um fato muito relevante que saiu há três anos num jornal de grande circulação, onde a matéria diz o seguinte: "Clínicas das Famílias Leva Atendimento a 44 mil Pessoas em Samambaia". Essa reportagem fala muito bem da implantação das Clínicas das Famílias em Samambaia, como cada Clínica da Família atende aproximadamente 11 mil habitantes, num total de 44 mil habitantes, as quatro clínicas, na época, abertas. Bem, fala aqui da composição das equipes, que têm médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, agente comunitário, técnico em saúde bucal, dentista entre outros, e que cada equipe atende 3.500 pessoas. Servidores públicos e cada equipe atende 3.500 pessoas.

Nesse novo modelo de assistência à saúde, oferece à população serviços de acolhimento, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes, planejamento familiar, pré-natal, curativo, acompanhamento de doenças crônicas como hipertensão, diabetes, tuberculose e hanseníase, e, inclusive, faz atendimento a pequenas urgências, desafogando, portanto, os hospitais.

Então, vem aqui, no dia 4 de julho deste ano, uma reportagem no próprio *site* da Secretaria de Saúde do Distrito Federal – não foi em outro lugar que veiculou, foi na Secretaria de Saúde. Aqui: Agência de Saúde. Foi uma publicação da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mais um minuto para o senhor concluir.

SR. RODRIGO CONDE – Tudo bem.

Vem aqui uma nova reportagem da Secretaria de Saúde que diz: "Clínica de Saúde da Família, em Samambaia, é modelo para toda a rede". Ou seja, a solução já está aqui. Serviço público de saúde, 100% público. O modelo já está aqui, está implementado, em pleno funcionamento.

Têm aqui, nessa reportagem que está no *site* da Secretaria de Saúde, publicada no dia 4, alguns depoimentos da população, dizendo o quanto são bem atendidos, o quanto são bem acolhidos.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	37	

E aqui o dado que chama a maior atenção é o seguinte: o Secretário de Saúde fala que a cobertura de atenção primária ainda é baixa, apenas 30%. "Segundo o Secretário de Saúde, Humberto Fonseca, a meta é aumentar para 60% até 2018". Olhem só a contradição que vem logo depois, na mesma matéria: em Samambaia, que já temos as clínicas da família em pleno funcionamento, adivinha quanto é a atenção primária? Setenta e dois por cento. Trinta por cento é o geral no DF, em Samambaia é 72%.

Nós já temos um modelo que funciona, ele só precisa ser estendido para todo o DF. Modelo público, com servidor público trabalhando e atendendo a população como ela merece. Samambaia com 72%. Isso é modelo de excelência!

O Secretário quer 60% até 2018. Ele só precisa copiar o que está acontecendo em Samambaia nas outras cidades do Distrito Federal, mais nada. Não tem que inventar a roda nem trazer OS de lugar nenhum. Nós já temos a solução e está em pleno funcionamento em Samambaia, aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, companheiro.

Concedo a palavra ao Sr. Adriano Limírio da Silva, Diretor do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal.

SR. ADRIANO LIMÍRIO DA SILVA – Boa noite.

Eu quero cumprimentar a Mesa e parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa.

Quero concordar com o representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Educação que temos que ampliar, porque a questão não é só saúde e educação, não. Porque a assistência social... O Dr. Gutemberg... Nós estávamos essa semana na reunião e o pessoal do Cras, Conselho Regional de Assistência Social, também está lá, ameaçado. As instituições, os brincos de albergues disfarçados de instituições, também ganhando um dinheiro danado. Em vez de ter pessoal qualificado, agora tem cuidador. Tudo agora é cuidador. Em vez de ter o profissional, o monitor, que na área da educação trabalha muito bem a questão dos monitores, do sistema que tem de bolsa, de trabalho, de preparo, agora tem essas instituições que estão assumindo o papel de micro albergues e dizem que estão atendendo às necessidades.

Bom, eu quero colocar uma coisa que foi dita pelo Dr. Gutemberg. Tem uma fundação, uma instituição de caráter canadense americano que se chama Artemísia. Procurem aí para vocês verem. É uma empresa que vende projetos de gestão e de investimento empresarial em atividades de cunho popular. No Brasil, como é que eles estão entrando? Pelas clínicas populares. Se o ministro criou plano de saúde popular, o cartãozinho é para ser atendido nessa clínica – que é uma forma, é um novo nome, não é OS mais não, agora é clínica popular. Em São Paulo já tem, em Londrina e em Maringá já tem. E estão funcionando, para pobre. Plano de saúde

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	38	

para pobre, que o ministro está fomentando e está lá e está levando de vento em popa. Então, a Fundação Artemisia, e não é só na área de saúde, não, é na de educação, na parte de assistencial social, Capes, Napes, albergues, pseudo-orfanatos, então é um item que entrou.

Em relação à baixa cobertura, eu vou dar um exemplo: a cidade lá onde mora o Deputado Chico Vigilante, Ceilândia, tem 700 mil habitantes; tem 12 centros de saúde, cada centro de saúde tem uma cobertura para 30 mil habitantes, num modelo que foi preconizado pelo Deputado Jofran Frejat em 1979. Trinta mil. Se temos 700 mil, nós temos 12, então atende quantos? Só 360 mil. E o restante? A estratégia de saúde da família que faz a clínica da saúde da família em Samambaia funcionar é uma equipe de estratégia da saúde da família para 3.500 habitantes cada. Ceilândia tem 51, quantas equipes precisaria para atender a 3.500 habitantes por equipe? Quantas equipes? Duzentas. Só tem 51, por isso que a cobertura é 27. Recanto das Emas tem 240 mil habitantes, dois centros de saúde. Só atende 60 mil. Quantas equipes de estratégia de saúde da família tem o Recanto das Emas? Tem 27; completas, apenas 21. Quantos que precisaria para atender 100% a cobertura? De 67. Aí precarizam atenção, desqualificam o trabalho, ficam excedentes, os trabalhadores da saúde carregam nas costas o sistema, e o secretário fala que há baixa cobertura porque os funcionários não funcionam. Não. Quem não funciona é o Secretário de Saúde. Quem não funciona é o Governador do Distrito Federal. Não é? E então, se se investir em quantidade e qualidade, nós teremos a resposta. E aí nós teremos um modelo exitoso como é em Samambaia, porque em Samambaia hoje as equipes de estratégia de saúde da família, do grupo de agentes comunitários lá, e as quatro clínicas dão conta de atender porque realmente vai bater em torno, são 140 mil habitantes, vai bater, tem quatro centros de saúde: quatro vezes três, 120 mil. Por isso que não atingiu os 100%, porque está faltando 20 e poucos mil.

Então, nessas questões que envolvem a OS tem mais uma coisinha aqui: o governo fala que a Lei de Responsabilidade Fiscal limita o investimento e limita as contratações. No Seminário Nacional, convocado pela Federação Nacional dos Auditores Fiscais, realizado na Câmara dos Deputados no dia 7 de julho, o que foi colocado lá é que, quando você fala gasto e despesa com pessoal, que eles sempre colocam impedindo a contratação, você tem que colocar a receita em cima do que o servidor recebe líquido. Você não pode colocar nem quantificar salário bruto. Porque salário bruto tem imposto e contribuição previdenciária, e isso não pode ser quantificado, ou seja, em média dá em torno de 17 a 18% do nosso contracheque. Então, quando falar que está em 49%, a gente tem que jogar 17 a 18% a menos de gasto com servidor, porque 17 a 18% é o quê? Contribuição e imposto, que vai para o Estado, então não se pode usar essa artimanha de falar que está atingindo o limite de responsabilidade fiscal com gasto com o servidor. Isso é uma mentira, é uma falácia. Isso nos ofende e o sistema é único, nós somos usuários e temos que defender o sistema único. E vamos conclamar, ampliar esse fórum e chamar as outras...

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	39	

Deputado Chico Vigilante, só quero falar uma coisa para você: a saúde, como falei no Sindicato dos Médicos, como falei na nossa diretoria, a gente não precisa entrar em greve, sabe por quê? Nós não temos condições de trabalhar e atender dignamente a nossa população. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Adriano.

Concedo a palavra ao Sr. Moisés Alves da Consolação. Ele é vigilante da iniciativa privada e é vigilante no serviço público. E é bom de piquete, de greve.

SR. MOISÉS ALVES DA CONSOLAÇÃO – Boa noite a todos. Boa noite, Mesa, Dona Isabel; Júlio Barros, meu colega; Carlos Alberto; Chico; companheira Dayse; Dr. Gutemberg.

Gente, lá no início, o companheiro Barros dizia que não é nova a questão das OS. Acho que estamos pecando porque o que nós passamos com aquele hospital, com a tal de Real Espanhola, lá em Santa Maria, não foi brincadeira! Eu não sei se você se lembra... Primeiro que vieram com a história dos tais de porteiros. Lembra, Chico? No lugar dos vigilantes, colocavam três vigilantes e o restante de porteiros. Numa dessas brincadeiras, levaram até um tomógrafo lá para Salvador, que a sede dela é lá em Salvador. Foi um trabalho desgraçado para trazer esse tomógrafo de volta.

Aí, gente, eu me pergunto, nós só tivemos a experiência lá no Hospital de Santa Maria. Veja bem, a gente vai pensar primeiro nessa questão da mão de obra que naquela época eles empregavam lá no Hospital de Santa Maria. Ninguém sabia quem era enfermeiro; só sabia quem era médico, médico não tem jeito de colocar qualquer um no lugar do médico, mas o restante só Deus sabia. Só Deus sabia! É o que vai retornar, gente, é o que vai voltar!

A moça me falou aqui, e ela está muito certa, esta audiência pública – viu, Chico, parabênize você pelo ato – era para estar sendo vista em todo o Distrito Federal. Cadê a democracia desta Casa? A democracia na comunicação desta Casa! Quer dizer, as coisas são feitas, mas às escondidas. Isso é muito ruim, gente, a população está às escuras, porque, quando a gente fala numa audiência pública, é para tornar público, tornar público. E aqui é para tornar às escondidas, às escuras!

Portanto, lamentavelmente, nós estamos tendo uma oportunidade de informar a população brasileira de um projeto dessa envergadura. Porque esse projeto bota a vida da gente em jogo. Quando proliferarem essas OS, você imagina que situação... Já passamos uma situação de horror, mas pelo menos sabemos que os funcionários que nós temos são funcionários concursados, são pessoas que já passaram por uma qualificação profissional e em quem podemos confiar. E essas pessoas que vêm, a experiência que nós tivemos, embora pequena, vai voltar.

E digo, Deputado Chico Vigilante, esse projeto que foi iniciado lá no TCDF, o parecer lá do Procurador Demóstenes, que diz que vai substituir os vigilantes por porteiros, ele está em vigor. E nós do Sindicato dos Vigilantes já estamos

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	40	

trabalhando, já estamos informando a sociedade do prejuízo que ela vai ter com a entrada dessas OS. Porque, quando não houver mais nada, quando estiver tudo sucateado, e o que não estiver sucateado já estiver roubado, aí nós vamos saber como é que vai ser feita essa reposição das peças nos hospitais. Tanto faz de maquinário e das peças humanas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, companheiro Moisés.

Concedo a palavra ao Sr. Helvécio Ferreira da Silva, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Chico Vigilante, sempre vigilante; o companheiro Gutemberg, a Dayse e demais companheiros.

Seria redundante falar de OS aqui, porque se todos são contra OS, nós temos o desafio, Deputado, de organizar a rede pública. SUS 100% público! Nós estamos perdendo uma energia enorme discutindo OS. Qual é a novidade de 1990 para cá, a partir da 80/80, até o Decreto nº 7.508, da União? O próprio GDF estabeleceu a minuta da descentralização e a regionalização da saúde pública na gestão. Não se percebe, não se vê nenhum fórum debatendo, pugnando, para que isso seja efetivamente realizado.

O maior problema, hoje, da saúde pública é a desorganização, a ausência das informações gerenciais e de controle, e a transparência do serviço público de saúde. O Distrito Federal, está mais do que claro e evidente, não precisa de OS. Até a questão do veto tem de ser modificada. Nós temos de discutir atividade complementar naquilo que couber, no escopo da lei. O que está permitindo essa esquizofrenia relativa de OS é a desorganização da rede.

Precisamos pactuar também uma unidade de foco dos segmentos: trabalhadores, usuários e gestores. Nós temos todas as políticas formuladas a partir da 9ª Conferência do Distrito Federal e da 15ª Conferência Nacional de Saúde, mas não se percebe nenhuma entidade realizando fóruns para debater e discutir a efetividade. A OS virou uma cortina de fumaça: todo mundo agora só discute OS. Não se discute a organização da rede.

Esta Casa, a Câmara Legislativa, nos últimos cinco anos vem reduzindo sistematicamente o Orçamento da saúde pública e tem responsabilidade com o caos aí estabelecido. O caos iniciado em 2015 teve consequência no Orçamento aprovado em 2014, e o de 2016 é menor do que o de 2015. Qual é a consequência, quando se tem um caos programado com data exata para acontecer?

O que está acontecendo hoje? Falta recurso para custeio, para abastecimento. Parece que houve uma fragmentação, uma destruição propositada do serviço público para entregá-lo a terceiros. É o que está acontecendo. O cenário

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	41	

não é para se discutir OS, porque a alternativa do conselho de saúde não passa por OS. Não cabe OS na realidade da assistência à saúde pública do Distrito Federal, cabe serviço complementar. O foco do momento é a descentralização, é a regionalização, o estabelecimento de um ordenamento público para que haja transparência. Os gestores, os diretores de hospitais não têm segurança jurídica para exercerem seus papéis. Nós não temos controle das informações gerenciais. O fundo de saúde é uma caixa preta. Mas basta perguntar ao BRB onde o dinheiro está aplicado e por que. A Câmara Legislativa tem papel fundamental nisso, e responsabilidade também.

Há um fato novo que posso divulgar aqui, sim. Temos orgulho dos nossos conselheiros usuários, que foram convidados pelo Governador para conversar. Eles foram perguntados sobre OS. Foi dito “não”, unânime. Foi estabelecida uma pactuação para que se proceda à organização da rede existente de atenção primária, estabelecendo os indicadores de saúde, os determinantes sociais e a infraestrutura hoje do Estado presente, com a identificação e caracterização dos vazios assistenciais para estabelecer a organização da rede, porque a porta de entrada não existe, é uma bagunça. A responsabilidade é de todos, de toda a sociedade.

Se efetivarmos e aproveitarmos agora para procedermos à descentralização, à regionalização com o empoderamento de cada região, com gestores, trabalhadores e usuários de uma forma cabal, transparente, formulando, interagindo e deliberando o seu perfil epidemiológico e a estrutura de serviço, teremos sucesso. Não temos uma gestão integrada. Ela é fracionada, independente e individualizada, o que facilita o caos.

Eu pergunto: por que uma OS invisível, que movimenta dois bilhões por ano, não é pauta desta Casa, que é atividade meio? Todos os processos que são notícias de escândalos de corrupção são da atividade meio. OS invisível, que foi entregue desde a extinção da Fundação Hospitalar, onde estão os autores? Quem se beneficia desse caos? É hora de identificar, chamar à responsabilidade e pagar pelos seus crimes.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós cumprimos toda a lista de inscritos aqui. Agora vamos combinar um minuto para a despedida de vocês e considerações finais, começando pelo Dr. Gutemberg.

SR. GUTEMBERG FIALHO – Agradeço ao Deputado Chico Vigilante por ter convocado esta comissão geral. Concorde com o pessoal que temos que abranger a população, a sociedade, e sermos mais eficientes, mais eficazes na comunicação com a sociedade.

Eu fiz o relato de um cidadão que teve um aneurisma. Não sei se eu falei que ele morreu. Falei. Pois é. Era para ele ter sido operado às 9h30 da manhã, mas foi operado às 3h da manhã e foi a óbito.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	42	

Eu vou fechar minha fala agradecendo, mais uma vez, ao Deputado Chico Vigilante e pedindo permissão para ler uma mensagem que eu acabei de receber. Isso aqui, pessoal, é diário.

"Boa noite, Dr. Gutemberg. Meu nome é Fulana de Tal, sou médica do pronto-socorro da clínica médica do HRAN. Quero saber como faço para pedir para o sindicato agir em nossa defesa, pois não temos a menor condição de atendimento. Falta pessoal, estrutura física, material, medicamentos, água, vagas para internar pacientes, exames. Estamos brincando de fazer Medicina. A situação está insustentável. Por favor, me dê uma resposta. Grata."

Pessoal, isso é o dia todo. Os profissionais de saúde – não só médicos, mas os profissionais de enfermagem, enfermeiros, farmacêuticos, pessoal administrativo – estão adoecendo e trabalhando doentes. O governador ainda acha que o responsável pelo caos, que ele não consegue administrar e aprofunda, somos nós, servidores públicos.

Obrigado e um abraço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Gutemberg. Passo a palavra à Sra. Dayse, para suas considerações finais.

SRA. DAYSE AMARILIO – Eu só quero agradecer. Graças a Deus pelos usuários do Conselho de Saúde. A gente está indo lá direto, porque eles têm um papel fundamental. Eu queria agradecer. A gente vê que vocês se posicionam, e se posicionam muito bem. A gente precisa realmente trabalhar em prol... Nós somos usuários, não é? Como fala o Adriano, meu companheiro e Diretor, se a gente precisar fazer uma greve, muitas pessoas...

Hoje o movimento sindical está muito desacreditado. Isso é muito triste, porque eu nunca me vi sindicalista. A gente entrou no sindicato porque não se sentia representado e queria mudar, fazer alguma coisa. Muitas vezes, o sindicalista é visto como uma pessoa que só pensa no servidor, no seu salário, no seu umbigo ou tem alguma pretensão política. Não é nada disso. Pelo menos, não é a nossa intenção, e não vai ser.

A gente se preocupa muito. Se precisarmos fazer uma greve para resolver as condições que essa médica relatou aqui, é muito triste trabalhar nessas condições. É o que a gente vive diariamente.

Eu queria agradecer. A gente se sente muito cansada, mas a guerra só começou. Então, vamos juntos, porque como eu falo sempre para os nossos companheiros enfermeiros lá do sindicato, juntos nós somos mais fortes.

Obrigada, Deputado Chico Vigilante. Obrigada a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, companheira Dayse.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Alberto, para suas considerações finais.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	43	

SR. CARLOS ALBERTO OLIVEIRA – Quero agradecer a todos e agradecer a iniciativa do Deputado Chico Vigilante. Na verdade, nós só estamos iniciando. O problema virá como um trator para cima de todos nós.

Esta iniciativa é exatamente para isso. Percebi que muitos aqui pediram para que se estenda isso para outras cidades ou outros setores, mas o mais importante é que a Casa é que tem que dar início a isso, a essa grande discussão. Que todos nós tenhamos a consciência de que, se entrar aqui na saúde, vai se estender a outros órgãos, passando pelo nosso também, a educação. Por isso nós temos que, a partir de agora, começar a ter esse entendimento e saber que aquele projeto que está lá Câmara dos Deputados, quando aprovado, os Estados vão querer recepcioná-lo aqui também e implantar isso. Portanto, nós precisamos dessa consciência e precisamos combater esse tipo de ação que o governo quer trazer sobre o tema, afirmando que isso é uma forma de gestão que vai resolver as questões com relação ao Distrito Federal e sua comunidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Júlio Barros, representante do Sinpro, para as suas considerações finais.

SR. JÚLIO BARROS – Quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante, um parceiro histórico das lutas em defesa da educação e dos profissionais do magistério.

Quero agradecer aos companheiros e companheiras de Mesa, a todos vocês pela paciência revolucionária de ficar até as 19 horas. Só mais um breve comentário a título de curiosidade: a ampla maioria das OS é criada, constituída menos de um ano antes do edital. Essas OS são polivalentes – as OS que buscam se credenciar na área de saúde são as mesmas que vão para a área de educação. São muito competentes. Então, é uma picaretagem, é muita cara de pau.

Eu faço aqui um resgate do discurso do atual governador, que sempre colocou que o problema da saúde, da educação no Distrito Federal não era dinheiro, era gestão. É isso que tem que ser resgatado. Ele fez a campanha dizendo que o problema não era dinheiro, era gestão e, contraditoriamente, ele abre mão da gestão querendo se desresponsabilizar passando para essas instituições picaretas. É importante dizer isso.

Para finalizar, nós da educação não estamos solidários com a saúde. Nós somos vítimas tanto quanto vocês e queremos estar juntos com a área de saúde, assistência social, cultura e demais áreas que serão afetadas. Não é só na questão das OS, não, há um projeto de lei engavetado que diz respeito à famigerada Escola sem Partido. Há um conjunto de ataques ao serviço público, à classe trabalhadora como um todo. Então, só a gente tendo esse sentimento de pertencimento a essa classe, a essas categorias, que a gente vai resolver. O problema de saúde não é restrito à saúde, o problema da educação não é restrito à educação, a gente tem que se enxergar como companheiros das mesmas camadas populares.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

Forte abraço e conte sempre com a luta efetiva do quinto maior sindicato do País, que é o Sindicato dos Professores do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Júlio Barros. Concedo a palavra à Dona Isabel.

SRA. ISABEL CAETANO DOS REIS – Eu quero agradecer ao Deputado Chico Vigilante por ter tido essa iniciativa, porque se não fosse por ela, a sociedade nem saberia o que estava fazendo. Essa iniciativa nos ajudou. Agora vamos para as nossas bases dizer a elas que vem mais um trator aí para nos esmagar.

Na minha primeira fala, eu já havia dito que a gente tem que se unir. O Secretário de Saúde disse que quem é contra também tem que dizer o que fazer. Esse problema é dele. Nós temos é que dizer que não aceitamos. Ele é que tem que encontrar a saída, não somos nós que temos que dar a ele tudo mastigado. Quem mandou ele querer ser secretário? Se é incompetente, que entregue o cargo.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Dona Isabel.

Eu queria pontuar três coisas. Eu gostaria que levassem isso para uma reflexão profunda em cada base, em casa e tudo. Nós não estamos lutando contra pouca coisa. Nós estamos lutando contra uma ideia, que, se concretizar-se, vai provocar uma destruição do serviço público de saúde, uma ideia que é patrocinada por organizações poderosas. Não estamos lutando contra uma associaçãozinha. É só verificarmos as grandes redes de televisão de manhã, de tarde e de noite, dizendo que OS é a solução. Vocês já prestaram atenção ao noticiário. Mostra primeiro o caos, a desgraça, aí dizem: "Ah, mas tem uma solução. A solução é OS." E eles estão ganhando a narrativa, porque a população, do jeito que está, acha que qualquer coisa que vier está bom, desde que seja melhor do que o que tem. Eles não sabem que é pior. A gente tem alguns guerrilheiros da comunicação – eu quero citar aqui o Cleber, que tem um blog, que fica o tempo todo falando, mas o nosso alcance de blog, Facebook, tudo é pequeno.

Portanto, é preciso que a gente, efetivamente, tenha a capacidade de levar essa mensagem para as categorias e mostrar que não é o emprego da Dayse, o emprego do Dr. Gutemberg, não é o emprego de um médico e de uma enfermeira, é um Sistema Único de Saúde que foi construído a duras penas que eles querem destruir, e encontraram um mecanismo: a implantação das OS.

No caso da educação, eu, na semana passada, fui conversar com uma organização que congrega as OS da educação. É uma OPAS, que cuida das creches conveniadas. É um pessoal minimamente sério. São sérios. Eles estão devolvendo para o governo. Porque eles são sérios, estão devolvendo para o Governo. Eles dizem: Não vamos tocar mais isso porque está dando prejuízo. Vocês administram mal, não pagam e querem que a gente assuma esse compromisso? Portanto, se isso

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	45	

não está dando certo na educação, vai dar na saúde? Temos que ter bastante atenção com relação a isso também.

A terceira coisa e a mais preocupante, sobre a qual vou pontuar, meus companheiros sindicalistas que estão aqui, Dayse, que é a mais nova no movimento sindical, diz respeito às conquistas.

Eu até fui à posse da Dayse e, no dia, eu disse que tinha pena dela por causa do momento em que ela estava assumindo. Eu sou de um tempo – comecei na década de 1980 –, quando a gente brigava por ampliação de direitos. Infelizmente, a gente chegou a uma fase, agora, em que a briga mais dura vai ser por manutenção de direitos, que os canalhas chamam de privilégios. Os direitos que foram conquistados eles chamam de privilégios e ficam tentando comparar. Tem trabalhadores da iniciativa privada – e eu cito aqui meus amigos vigilantes, porque eu sou vigilante –, que estão vivendo uma verdadeira escravidão. Muitos por aí ficam tentando comparar o servidor público com o vigilante. O discurso é o seguinte: um vigia da escola pública ganha tanto. Com o salário de um vigia da escola pública dá para eu pagar quatro vigilantes. Não é isso que eles dizem?

No entanto, eles não perguntam como é que aquele danado daquele vigilante vive. A mesma coisa ocorre com o trabalhador da limpeza, e tem muita gente – o próprio servidor público – entrando nesse discurso. Tem direção de escolas que prefere os terceirizados – ou isso é alguma novidade?

Portanto, é um momento de incerteza, um momento de dificuldade, um momento de guerrilha, um momento, acima de tudo, de persistência. Os pacotes todos que vão vir – que Deus nos livre –, se esse golpe se consolidar, a partir de setembro, a gente que se prepare para um processo de destruição das conquistas das classes trabalhadoras. O Congresso Nacional está desmoralizado. Eu considero um Congresso que parece estar em fim de feira, portanto, o que vier é xepa. Eles estão liquidando, e vão liquidar os direitos dos trabalhadores. Estão mentindo o tempo todo, dizendo que a economia está melhorando, quando a gente sabe que está afundando mais.

Vocês prestaram atenção no tempo que eles usam nas narrativas? Prestaram atenção nas diferenças? Nós temos culpa de não ter construído os nossos meios de comunicação. Vocês prestaram a atenção no tempo em que ocorreu a entressafra do tomate, em que o preço foi lá para cima? A Ana Maria Braga, de manhã cedo, conversando com as donas de casa, apareceu com aquele colar de tomates, comparando o tomate com a pérola, dizendo que o tomate estava mais caro do que a pérola. E qual foi o discurso agora, quando o tomate subiu de novo? O discurso da Ana Maria Braga é sazonal.

Os analistas econômicos, em sua grande parte, Dr. Gutenberg, Dayse, Júlio, são lobistas travestidos de economistas. Lobistas. A análise que eles fazem foi paga por alguém. Mas qual é o meio que o povo tem para se... A televisão. Portanto, ou pegamos os nossos veículos alternativos, que são o Facebook do sindicato, o nosso

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 08 2016	16h07min	67ª SESSÃO ORDINÁRIA	46	

WhatsApp, tudo... Tenho uma briga danada lá com os companheiros vigilantes. Digo-lhes: criem grupos e mais grupos e parem de ficar mandando coisas que não servem, que são lixo, mandem coisa útil; vamos incutir na cabeça das pessoas que elas têm que ler. Porque é grave, gente, o momento que nós estamos vivendo.

Eu quero aproveitar a oportunidade para convidar... Já nos próximos dias, nós estaremos realizando... Eu espero que seja uma grande mobilização, que lotemos o plenário e a galeria e que venha tanta gente, que fique lá fora. Eu estou combinando com o Senador Paulo Paim para fazermos uma sessão conjunta da Câmara Legislativa com a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, trazendo especialistas para discutirem o pacote que vem da reforma trabalhista. Depois nós vamos fazer a mesma coisa com relação à previdenciária, que é outra situação grave.

Que se diz agora? Ficamos olhando os lobistas o tempo todo nos meios de comunicação dizendo: "Não, o problema não é o INSS." E não é mesmo. Mas qual o problema que eles apresentam? Não dizem que é a roubalheira que teve no INSS. Dizem que o problema é o servidor público, que ele causa o rombo da previdência. Ou não é? Antigamente eles diziam, até de maneira meio jocosa, que o servidor não trabalhava, que o paletó ficava... Agora não, agora é ataque mesmo, agora é desmoralização mesmo, agora é assédio moral em escala global, destruição do servidor público. Parece que é um negócio pensado para as pessoas se sentirem envergonhadas de serem servidores públicos.

Eu vou encerrar dizendo para vocês uma coisa que eu disse no dia em que o Rollemberg começou a falar de OS. Eu falei que S.Exa. estava falando do que não sabia o que era, estava falando sem saber o que era. Eu acho que S.Exa. continua falando sem saber o que é, mas agora pior ainda, iludido, achando que isso é solução, e isso não é solução pra nada. O governo dele passa, só tem mais dois anos, mas a destruição fica. E aí a reconstrução leva décadas. Por isso que temos que estar focados, unidos. Eu até digo: o momento não é para divergência nenhuma, o momento é de unidade. Temos que ter a capacidade de unir todas as correntes políticas do movimento sindical e da sociedade para combatermos esse momento de destruição que nós estamos vivendo.

Muito obrigado a todos e a todas que compareceram aqui.

Está encerrada a nossa sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h10min.)